

Tendo em vista que a Recorrida não apresentou Nota fiscal, ou os contratos celebrados junto ao Órgão, ou Ata de Registro de Preço dos certames que **FORNECEU PEIXE**, é necessário que se diligencie o atestado apresentado, pois, se não restar comprovado o fornecimento de pescado, **terá descumprido com o 10.5.1. do Edital, devendo ser inabilitada.**

Ressalta-se que, o atestado de capacidade técnica deve ser compatível com peixes congelados, onde inclusive, a forma de transporte dos produtos congelados é totalmente diferente, e, portanto, o atestado de capacidade técnica não pode ser aceito se for divergente. **A insistência desta Recorrente em que a empresa Recorrida demonstre capacidade técnica com venda de pescado congelados, se dá pelo fato dos cuidados necessários, ora que, estas não são elaboradas de acordo com os demais produtos como: carne, iscas, frios.**

Assim, a fim de que todos os princípios do ato de licitar sejam respeitados, principalmente o da transparência e legalidade, se faz necessário que seja realizada **diligência** no atestado com fins de comprovar a compatibilidade com o item arrematado.

O Tribunal de Contas da União já possui entendimento pacificado, que havendo dúvidas sobre a capacidade técnica de determinada empresa, por quaisquer uma das partes (Pregoeiro ou Concorrente) a diligência deve ser realizada:

"Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editalícias, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração. (Acórdão TCU nº 3.418/2014-Plenário)"

Em recente decisão, o TCU determinou que a realização de diligência é um poder-dever da Administração, senão vejamos:

(...) 50. Ademais, a jurisprudência consolidada desta Corte de Contas é no sentido de que **a realização de diligência é um poder-dever da Administração.** Assim, constata-se um excesso de formalismo e ausência de realização de diligência da CPL para sanar possíveis falhas formais, contrariando o caput e os incisos VI, VIII, IX e

XIII do parágrafo único, todos do art. 2º da Lei 9.784/1999, bem como o Acórdão 1795/2015-TCU-Plenário, relator Ministro José Mucio Monteiro, e o Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues.(destaquei) **ACÓRDÃO 7477/2024** - SEGUNDA CÂMARA; RELATOR. MARCOS BEMQUERER - SENA MADUREIRA/AC - PROCESSO: 002.437/2024-4

Verifica-se assim, que o Pregoeiro tem o dever de diligenciar um documento sempre que passível de dúvida, ou dúvida dele mesmo, ou dúvida levantada por algum dos presentes, conforme princípio da isonomia, transparência, legalidade e publicidade.

Acerca do assunto, a Súmula 263 do TCU indica ser legal para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes:

"SÚMULA Nº 263/2011 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Portanto, requer-se que a comissão de licitação efetue diligência no atestado, para fins de comprovar o FORNECIMENTO de produtos compatíveis com o item 100 (PEIXE) do certame, onde a empresa apresente as notas fiscais, contrato, nota de empenho, ou qualquer documento que possa demonstrar que FORNECEU aos Órgão emissor do atestado, produto compatível com PEIXE, e caso não consiga comprovar sua COMPATIBILIDADE com o item arrematado, deve ser INABILITADA.

#### IV - DOS PEDIDOS

Requer que o presente RECURSO ADMINISTRATIVO seja recebido e julgado **TOTALMENTE PROCEDENTE**, para fins de:

- a) **INABILITAR** a empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, ora que, apresentou Balanço Patrimonial dos exercícios de 2024 e 2023, registrados na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso, porém, pelo fato da

empresa **NÃO SER OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL** (bem como também não era durante a vigência dos exercícios de 2023 e 2024), **deveria ter apresentado o SPED Contábil através da escrituração digital SPED (ECD)**, conforme exigido por Lei;

- b) **DESCCLASSIFICAR/INABILITAR** a empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA no item 100 (PEIXE), do qual sequer poderia ter participado, ora que, **NÃO POSSUÍ Alvará Sanitário necessário/específico** para comercializar, fornecer, transportar e entregar pescado, crustáceos e moluscos (PEIXE), conforme os artigos 45 e 46 do Decreto Lei n.º 986/1969, **demonstrando que a empresa não possui aptidão para entregar peixe;**
- c) Seja **Diligenciado** o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, a fim de que seja suprida toda e qualquer dúvida acerca dos documentos, deixando o processo transparente, e tratando os participantes com a isonomia necessária;
- i. Nessa diligência, se faz necessário que a empresa **comprove o fornecimento de produto compatível com o item 100 do certame**, onde a empresa apresente as notas fiscais, contrato, nota de empenho, ou qualquer documento que possa demonstrar que forneceu a emissora dos atestados, produto compatíveis com **PEIXE**. Havendo a falta de documento que descreva o fornecimento dos bens que deram origem aos atestados de capacidade técnica, entende-se que a empresa **não conseguiu comprovar** a entrega de produtos compatíveis

TEMPEROS E OUTROS ADITIVOS ALIMENTARES. NÃO DEVERÁ APRESENTAR FORMAÇÕES DE CRISTAIS DE GELO, ESCAMAS, PERFURAÇÕES, DEFORMAÇÕES, COÁGULOS, QUEIMADURAS POR CONGELAMENTO, BEM COMO ASPECTO ALTERADO (COR).

Ocorre que, a classificação e habilitação se deu de forma indevida, ora que:

1 – Para cumprir com a Qualificação Econômico-Financeira, a Recorrida apresentou Balanço Patrimonial dos exercícios de 2024 e 2023, registrados na Junta Comercial do Estado de Tocantins, **porém, pelo fato da empresa NÃO SER OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL** (bem como também não era durante a vigência dos exercícios de 2023 e 2024), **deveria ter apresentado o SPED Contábil através da escrituração digital SPED (ECD)**, conforme exigido por Lei;;

2 – Sequer poderia ter participado do **ITEM 100 (PEIXE)** do certame, pois, **não possui Alvará Sanitário, cuja atividade seja específica** para comercializar, fornecer, transportar e entregar pescado, crustáceos e moluscos, conforme os artigos 45 e 46 do Decreto Lei n.º 986/1969, demonstrando que a empresa não possui aptidão para entrega de **PEIXE**;

3 – Não obstante, o atestado de capacidade técnica apresentado é **GENÉRICO**, **não atesta o fornecimento de PEIXE**, uma vez que foi fornecido por pessoa jurídica de direito público, desacompanhado de notas fiscais, contrato ou nota de empenho que comprove que os produtos foram entregues. Assim, se faz necessário que o atestado seja diligenciado para suprir qualquer argumento de ilegalidade que possa haver futuramente, e **com essa diligência seja apresentado as notas fiscais que comprovem** que a empresa realizou o fornecimento de produto compatível aos itens 100 (PEIXE).

Diante o exposto, não se vê outra forma de se resguardar do direito de ser tratado de forma isonômica e legal, onde a empresa **SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** possa ser **desclassificada/inabilitada** por não cumprir com todas as exigências previstas no Instrumento Convocatório.

### III – DO DIREITO

#### III.1 – TUDO SOBRE SPED CONTABIL, LIVRO DIARIO – BALANÇO REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL OU CARTÓRIO DE TITULOS E DOCUMENTOS

Sabe-se que muitas pessoas possuem dificuldades para compreender tudo que seja relacionado ao SPED e livro diário, balanço registrado na JUNTA COMERCIAL ou cartório de títulos e documentos, assim, para melhor entendimento, abaixo se encontram informações importantíssimas acerca do assunto:

SPED CONTABIL	LIVRO DIARIO – BALANÇO REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL OU CARTÓRIO DE TITULOS E DOCUMENTOS
<p>Instrução Normativa RFB n.º 2.142 de 26 de maio de 2023.</p> <p>Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021.</p>	<p>ITG 2000</p> <p>NBC TG 1001</p> <p>NBC TG 1002</p> <p>Lei 10.406/02; § 4º do art. 177 da lei 6.404/76;</p> <p>NBC T 2.1.4 (Resolução CFC 563/83);</p> <p>art. 1.181, Lei 10.406/02; Resolução CFC Nº 563/83; §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02.</p>
<p><b>VALIDADE</b></p> <p>O prazo de entrega foi fixado pelo art. 1º da Instrução Normativa RFB nº 2.142/2023, reproduzido abaixo:</p> <p><b>Art. 1º</b> A Instrução Normativa RFB nº 2.003,</p>	<p><b>VALIDADE</b></p> <p>Art. 1.078. A assembleia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, <b>nos quatro meses seguintes ao término do exercício social</b>, com o objetivo de:</p>

<p>de 18 de janeiro de 2021, passa vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"Art. 5º A ECD deve ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) até o último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário a que se refere a escrituração.</p>	<p>I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico.</p> <p>Dessa forma, caso o exercício social se encerre no último dia do ano, o prazo do balanço patrimonial deve ser realizado até o último dia do mês de abril.</p>
<p><b>IMPOSTO DE RENDA DA EMPRESA LUCRO REAL OU LUCRO PRESUMIDO</b></p> <p>A Escrituração Contábil Fiscal (ECF) substitui a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a partir do ano-calendário 2014, com entrega prevista para o último dia útil do mês de julho do ano posterior ao do período da escrituração no ambiente do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped). Portanto, a DIPJ está extinta a partir do ano-calendário 2014</p>	<p><b>IMPOSTO DE RENDA DA EMPRESA MEI, ME E EPP OPTANTE PELO SIMPLES</b></p> <p>A Defis, ou Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais, é uma declaração anual obrigatória para todas as empresas enquadradas no Simples Nacional. Porém, o MEI não está incluso. Ou seja, todas as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) devem fazer essa declaração uma vez ao ano.</p>
<p><b>QUAIS EMPRESAS SÃO OBRIGADAS A FAZER O SPED?</b></p> <p><b>Empresas Optantes pelo Regime Fiscal de LUCRO REAL ou LUCRO PRESUMIDO</b></p> <p><b>É opcional também para as empresas OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL</b></p>	<p><b>QUAIS EMPRESAS SÃO OBRIGADAS AO LIVRO DIÁRIO/ BALANÇO REGISTRADO NA JUCEMAT OU CARTÓRIO?</b></p> <p>Nenhuma é obrigada, porém para fins de LICITAÇÃO é permitido empresas MEI, ME E EPP optantes pelo Regime Fiscal do SIMPLES NACIONAL optarem por essa modalidade de escrituração.</p>

<p><b>PARTES OBRIGATÓRIAS DE APRESENTAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Termos de Abertura e Encerramento</li> <li>- Termo de Transmissão</li> <li>- Balanço</li> <li>- DRE</li> <li>- Notas Explicativas assinados pelo contador (documento apartado)</li> <li>- Índices Contábeis assinados pelo contador (documento apartado)</li> </ul>	<p><b>PARTES OBRIGATÓRIAS DE APRESENTAÇÃO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Termos de Abertura e Encerramento</li> <li>- Termo Registro Digital</li> <li>- Balanço</li> <li>- DRE</li> <li>- Notas Explicativas assinados pelo contador (documento apartado)</li> <li>- Índices Contábeis assinados pelo contador (documento apartado)</li> </ul>
<p><b>CONCLUSÕES</b></p> <p>Posso aceitar SPED 2023 e 2024 após 31/06/2026? NÃO</p> <p>Posso aceitar SPED 2023 e 2024 até 31/06/2026? SIM, após essa data é obrigatória a apresentação do SPED 2025 e 2025</p>	<p><b>CONCLUSÕES</b></p> <p>Posso aceitar o LIVRO DIÁRIO/BALANÇO 2023 e 2024 após 30/04/2026? NÃO</p> <p>Posso aceitar LIVRO DIÁRIO/BALANÇO 2023 e 2024 até 31/04/2026? SIM, após essa data é obrigatória a apresentação do LIVRO DIÁRIO/BALANÇO 2024 e 2025</p>
<p><b>CURIOSIDADES</b></p> <p>Posso aceitar SPED de empresa MEI, ME E EPP OPTANTES PELO SIMPLES? SIM</p> <p>Posso aceitar os Termos de Abertura e Encerramento do SPED + Balanço e DRE do Livro diário/Balanço registrado na Junta Comercial? NÃO, tendo em vista que são documentos distintos e não seguem os mesmos regramentos.</p> <p>Todas as páginas do SPED devem conter</p>	<p><b>CURIOSIDADES</b></p> <p>Posso aceitar LIVRO DIÁRIO/BALANÇO de empresa optante pelo LUCRO REAL ou LUCRO PRESUMIDO? NÃO, pois estas são obrigadas a transmitir o SPED.</p> <p>É correto pedir no Edital o Balanço registrado/autenticado na Junta Comercial, ou é correto pedir o Balanço EXTRAÍDO DO LIVRO DIÁRIO? O correto é pedir o balanço EXTRAÍDO, ora que, o balanço extraído possui lastro de lançamento para os seus resultados, enquanto o</p>

<p><b>o código de autenticação? SIM, tendo em vista que, aquele que não possui é porque ainda não foi totalmente transmitido.</b></p> <p>O SPED dispensa o registro na Junta Comercial? SIM, pois considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação. BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014."</p>	<p>balanço apartado não possui dados para conferência de autenticidade quanto aos seus resultados.</p>
	<p><b>QUANDO O BALANÇO DE ABERTURA É PERMITIDO?</b></p> <p>Quando a empresa está registrando a escrituração no mesmo ano em que foi constituída. O vencimento do balanço de abertura se dá no próximo 30/04 do ano seguinte, onde deverá ser feito o Livro Diário/Balanço Completo do exercício anterior.</p>

Após esclarecido todos os pontos importantes, passa-se a análise dos documentos apresentados pela empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA na licitação em comento.

### III.II. – DO BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA NÃO OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL DEVE APRESENTAR SPED

O Edital prevê:

#### 10.4. Qualificação Econômica - Financeira:

10.4.1. **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;**

Para cumprir com os itens acima, a empresa Recorrida apresentou balanço patrimonial dos últimos 02 (dois) exercícios sociais já exigíveis registrados na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso. **Ocorre que, o balanço extraído do livro diário da Junta Comercial somente pode ser apresentado pelas empresas que se enquadrem como: MEI, ME e EPP optantes pelo Regime Fiscal do SIMPLES NACIONAL, conforme se extrai da Instrução Normativa RFB nº 2003/2021:**

**Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital (ECD) a que são obrigadas as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas, e sobre a forma e o prazo de sua apresentação.**

**Art. 2º A ECD compreenderá a versão digital dos seguintes livros:**

I - Diário e seus auxiliares, se houver;

II - Razão e seus auxiliares, se houver; e

III - Balancetes Diários e Balanços, e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

**Parágrafo único.** Os livros contábeis e documentos mencionados no caput devem ser assinados digitalmente, com certificado digital emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), a fim de garantir a autoria, a autenticidade, a integridade e a validade jurídica do documento digital.

**Art. 3º Deverão apresentar a ECD as pessoas jurídicas, inclusive as equiparadas e as entidades imunes e isentas, obrigadas a manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial.**

**§ 1º A obrigação a que se refere o caput não se aplica:**

**I - às pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;**

Em consulta aos Optantes do Simples Nacional, verifica-se que a empresa Recorrida **não é optante pelo Regime Fiscal do SIMPLES NACIONAL, tendo sido excluída em 31/12/2021**, logo os Balanços Patrimoniais 2023 e 2024 apresentados, deveriam **obrigatoriamente** serem transmitidos através da escrituração digital SPED (ECD). Vejam as informações verificadas no site oficial da Receita Federal:

**Data da consulta:** 06/03/2026 15:12:24

**Identificação do Contribuinte – CNPJ Matriz**

**CNPJ:** 10.688.030/0001-96  
A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa

**Nome Empresarial:** SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

**Situação Atual**

**Situação no Simples Nacional:** NÃO optante pelo Simples Nacional  
**Situação no SIMEI:** NÃO enquadrado no SIMEI

**+ Mais informações**

**Períodos Anteriores**

**Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores:**

Data Inicial	Data Final	Detalhamento
01/01/2017	31/12/2021	Excluída por Opção do Contribuinte

**Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores:** Não Existem

Logo, conforme legislação vigente, não se pode aceitar LIVRO DIÁRIO/BALANÇO de empresa optante pelo LUCRO REAL ou LUCRO PRESUMIDO, pois estas são obrigadas a transitar pelo SPED, devendo, assim, a Recorrida ser INABILITADA, pois, não apresentou um documento válido, bem como, descumpriu como o que determina e prevê a Lei e o Edital.

Ressalta-se que, o fato de a Recorrida ter deixado de apresentar seu Balanço Patrimonial 2023 e 2024 extraído do sistema SPED ECD (obrigatório para não optantes pelo simples), o qual é fiscalizado pela Receita Federal e tem fé pública (garantia que os dados são reais), causa grande estranheza e suspeitas de uma omissão intencional.

Diante disso, a decisão do Agente de Contratação, esta não merece prosperar, pois, verifica-se pelas razões descritas no presente instrumento, que a Licitante ROSAFARM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA não trouxe a documentação essencial, conforme determina e prevê a Lei e o Edital.

Em que pese a decisão da D. Pregoeira, esta não merece prosperar, pois verifica-se pelas razões descritas no presente recurso, bem como nas exigências do Edital de licitação em referência, que a empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, não trouxe a documentação essencial a comprovar a sua **Qualificação Econômico-Financeira**. Assim, não há outra forma se não, **inabilitá-la** por descumprimento ao instrumento convocatório. Vejam o entendimento do **Tribunal de Contas da União** em caso semelhante ao comento:

"27. Por fim, os argumentos apresentados pela empresa Cleiton Táxi Aéreo ratificam a legalidade da desclassificação da empresa representante. Quanto à alegada preclusão consumativa, cabe registrar que a ausência de impugnação pela representante, na esfera administrativa, quanto à sua inabilitação, não impede a análise da matéria por parte do TCU. Ademais, é cediço que a Administração tem o poder-dever de rever seus próprios atos, anulando-os quando ilegais, em prol do interesse público e em face do princípio da autotutela (Súmulas 346 e 473 do STF).

28. ~~ANU EX 2016 - ACÓRDÃO. verifica-se que a representante foi devidamente desclassificada uma vez que não apresentou o balanço patrimonial de 2014 na forma da lei, em ofensa aos subitens 9.5 e 9.5.2 do edital e a justificativa retrocitada.~~ Assim, quanto ao mérito, a presente representação deve ser julgada improcedente." ACÓRDÃO 4504/2016 - SEGUNDA CÂMARA – Processo 030.257/2015-8- Relator ANDRÉ DE CARVALHO

Na licitação não basta apenas ter o menor preço, ou seja, o real objetivo de uma licitação não é somente classificar a proposta monetariamente mais vantajosa. A licitação é um processo completo, que envolve diversas fases e fatores, todas de igual importância e não se limita apenas a análise dos preços apresentados. Para lograr êxito, o licitante deve completar as exigências em todas as fases, caso isso não ocorra, deve ser: não credenciado, desclassificado ou **inabilitado**.

Observe que a comissão tem em mãos um rol de atribuições bastante complexo a ela conferida pela Lei de Licitações. Devido à diversidade e complexidade dessas atribuições os integrantes das comissões estão constantemente

sujeitos a tropeços em razão de uma má aplicação das normas ou procedimentos inerentes a essa função.

A Administração, ao constatar tais erros, **deve sempre rever seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais**, é o que determina as Súmulas 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

Súmula 346. "(...) a administração pode declarar nulidade de seus próprios atos"

Súmula 473. "(...) a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

Desse modo, observada a legislação vigente, não cabe à Administração Pública conceder qualquer tratamento distinto do previsto na Lei e em Edital, devendo ser declarada a **INABILITAÇÃO da empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** em virtude da apresentação do Balanço Patrimonial em desconformidade Legislação vigente.

### III.III – DO ALVARÁ SANITÁRIO INCOMPATÍVEL (PEIXE)

O item 10.5.6. do Edital, exige como requisito de qualificação técnica que as licitantes apresentem Alvará Sanitário, nos termos abaixo:

#### 10.5. Qualificação Técnica:

[...]

**10.5.6. Alvará Sanitário Expedido pela Anvisa Municipal**, onde a mesma deverá ser retirada no respectivo domicílio tributário, relativo ao exercício do ano corrente.;

De início, cumpre salientar que para o fornecimento de **PESCADO**, as empresas **devem obrigatoriamente possuir Alvará Sanitário, devendo ainda conter atividade específica para comercializar, fornecer, transportar e entregar peixes, crustáceos e moluscos**, conforme os artigos 45 e 46 do Decreto Lei n.º 986/1969.

Vejam, o que dispõe o Decreto Lei n.º 986/1969:

000580



## **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 06/2026**

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar.

Recorrente: JEL Agroindústria e Comércio de Pescados Ltda  
Recorrida: São Luiz Distribuidora de Alimentos Ltda

Ao  
Pregoeiro do Município de Porto Esperidião – MT

A empresa **SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 10.688.030/0001-96, já qualificada no presente procedimento licitatório, vem, respeitosamente, apresentar suas:

### **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pela empresa **JEL AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA**, pelos fundamentos a seguir expostos.

### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Nos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 01/2026, após a interposição de recurso administrativo pelas licitantes, abre-se prazo para apresentação das respectivas contrarrazões.

Assim, sendo apresentadas dentro do prazo estabelecido no edital, requer-se o **recebimento e conhecimento das presentes contrarrazões**, por serem **tempestivas**.

*Handwritten signature*  
000581



## II – SÍNTESE DO RECURSO

A empresa recorrente pretende a inabilitação da empresa recorrida com base em três alegações principais:

1. suposta irregularidade na apresentação do balanço patrimonial, sob o argumento de que deveria ter sido apresentado por meio do SPED/ECD;
2. alegação de que o alvará sanitário não autorizaria o fornecimento de pescado;
3. alegação de que o atestado de capacidade técnica seria genérico e incompatível com o objeto da licitação.

Entretanto, nenhuma dessas alegações merece prosperar, pois **todos os documentos apresentados pela empresa recorrida atendem integralmente às exigências do edital e da legislação vigente.**

## III – DO MÉRITO

### 1 – DA REGULARIDADE DO BALANÇO PATRIMONIAL

A recorrente sustenta que a empresa recorrida deveria ter apresentado o balanço patrimonial por meio do SPED/ECD, sob pena de inabilitação.

Todavia, tal alegação **não possui qualquer respaldo no edital.**

O instrumento convocatório exige apenas:

apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais.

Não há qualquer exigência quanto à forma específica de escrituração contábil ou obrigatoriedade de apresentação por meio do SPED/ECD.

Assim, a tentativa da recorrente consiste em **criar exigência não prevista no edital**, o que afronta diretamente o princípio da **vinculação ao instrumento convocatório.**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece em seu art. 69 que a qualificação econômico-financeira será demonstrada, entre outros documentos, mediante a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos últimos exercícios sociais.



Observa-se que a legislação não exige forma específica de escrituração contábil, tampouco determina que o balanço patrimonial deva ser apresentado exclusivamente por meio do sistema SPED/ECD.

Assim, a exigência formulada pela recorrente não encontra amparo na Lei nº 14.133/2021 nem no edital do certame.

Portanto, tendo a empresa recorrida apresentado regularmente seu balanço patrimonial conforme exigido no edital, resta plenamente demonstrado o atendimento às exigências de qualificação econômico-financeira.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021:

“Na aplicação desta Lei serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da segurança jurídica.”

A vinculação ao edital significa que a **Administração Pública não pode exigir requisitos ou documentos além daqueles expressamente previstos no instrumento convocatório.**

Nesse sentido, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara:

É vedado à Administração exigir documentos ou condições não previstos no edital, sob pena de violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, entendimento amplamente consolidado na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

Ademais, a legislação societária e contábil admite diversas formas de apresentação do balanço patrimonial, sendo plenamente válida a apresentação do balanço devidamente registrado ou autenticado nos termos da legislação comercial.

Portanto, tendo a empresa recorrida apresentado regularmente o balanço patrimonial conforme exigido no edital, **não há qualquer irregularidade que justifique sua inabilitação.**

## **2 – DA REGULARIDADE DO ALVARÁ SANITÁRIO**

A recorrente afirma que o alvará sanitário apresentado não autorizaria a comercialização de pescado.

000582



Todavia, tal alegação não procede.

O edital exige apenas:

apresentação de Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária do domicílio da empresa.

A empresa recorrida apresentou regularmente seu **Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária do Município de Cáceres**, válido até **31/12/2026**, autorizando o funcionamento da empresa para:

comércio atacadista de mercadorias em geral com predominância de produtos alimentícios.

Portanto, o documento atende integralmente às exigências editalícias.

Não há no edital qualquer exigência de que o alvará contenha **atividade específica para comercialização de pescado**, razão pela qual a exigência formulada pela recorrente constitui **inovação indevida no procedimento licitatório**.

### **3 – DA COMPATIBILIDADE DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DA EMPRESA**

Outro ponto que reforça a regularidade da habilitação da empresa recorrida é a compatibilidade de suas atividades econômicas com o objeto da licitação.

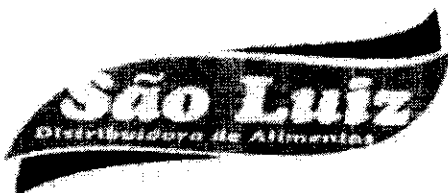
Conforme consta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica:

atividade principal da empresa:

comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios.

Além disso, constam como atividades secundárias diversas atividades relacionadas ao comércio de alimentos, incluindo:

- comércio atacadista de carnes;
- comércio atacadista de aves;
- comércio atacadista de pescados e frutos do mar.



Dessa forma, resta plenamente demonstrado que a empresa possui **atividade econômica compatível com o objeto do certame**, qual seja o fornecimento de gêneros alimentícios.

#### **4 – DA REGULARIDADE DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

O edital exige a apresentação de atestado que comprove fornecimento de objeto **compatível com o objeto da licitação**.

O objeto da presente licitação consiste na aquisição de:

gêneros alimentícios para merenda escolar.

O atestado apresentado pela empresa recorrida comprova que a empresa forneceu **gêneros alimentícios em geral para merenda escolar**, atendendo contratos com a Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT.

Portanto, há total compatibilidade entre o objeto do atestado e o objeto da licitação.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União estabelece que:

não se exige identidade absoluta entre o objeto da licitação e o objeto do atestado de capacidade técnica, sendo suficiente a demonstração de compatibilidade.

Logo, o atestado apresentado atende plenamente às exigências do edital.

(Está em anexo algumas Notas Fiscais de entrega de Peixe Tilápia).

#### **IV – DA PRESERVAÇÃO DA COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO**

A interpretação pretendida pela recorrente implicaria restrição indevida à competitividade do certame, ao exigir requisitos não previstos no edital.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que a licitação deve assegurar:

- igualdade entre os licitantes;



- ampla competitividade;
- seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Permitir a criação de exigências não previstas no edital violaria tais princípios e comprometeria a legalidade do certame.

## V – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. o conhecimento das presentes contrarrazões, por serem tempestivas;
2. o indeferimento integral do recurso administrativo interposto pela empresa JEL AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA;
3. a manutenção da habilitação e classificação da empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA no presente certame, especialmente no item 100.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Cáceres-MT, 10 de Março de 2026

SAO LUIZ  
DISTRIBUIDORA DE  
ALIMENTOS  
LTDA:10688030000  
196

Assinado de forma digital  
por SAO LUIZ  
DISTRIBUIDORA DE  
ALIMENTOS  
LTDA:10688030000196  
Dados: 2026.03.10 14:54:10  
-04'00'

MARCIA MARIA MOTA

RG n. 726113 SSP MT CPF sob n. 788.406.861-34  
PROPRIETARIA DA EMPRESA

2006883



**ASSESSORIA PEDAGÓGICA DE CÁCERES**

ecr.ass.pedagogica@educacao.mt.gov.br  
Rua Tiradentes, SN - Centro - Cáceres/MT - CEP: 78200-000.

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**


A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC/MT, inscrita no CNPJ 03.507.415/0008-10, estabelecida a Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, nº 215, Centro Político Administrativo, Telefone (65) 3613-6300, atesta para os devidos fins a quem possa interessar, que a Empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA-ME, CNPJ 10.688.030/0001-96, sediada à Via dos Cravos, s/n, bairro Olho D'água, Cáceres-MT, CEP 78.200-000, executou e executa contratos com este órgão, fornecendo gêneros alimentícios em geral, atendendo de forma satisfatória a Merenda Escolar.

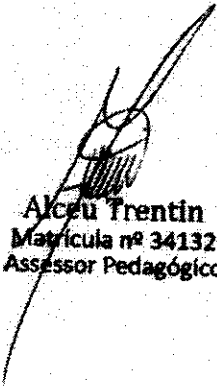
Atestamos que a Empresa sempre foi cumpridora de seus prazos e qualidade em produtos, não havendo nada que desabone a conduta da referida empresa até o momento.

Sendo o que nos cumpre atestar, desde já nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimento.

Cáceres-MT, 24 de outubro de 2019.

**Responsável pela emissão do atestado**

  
Eliane Araújo de Araújo Silva  
Matrícula 117390  
Assessora Pedagógica

  
Alceu Trentin  
Matrícula nº 34132  
Assessor Pedagógico

000587

RECEBEMOS DE SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO		NF-e Nº 000.032.959 SÉRIE 001
EMISSION: 03/12/2024 - DEST: / REM: CDCE - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSE DE ANCHIETA - VALOR TOTAL: R\$ 5.547,37		
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000.032.959 fl. 1 / 1 SÉRIE 001	
SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA A RURAL, 760 - AREA RURAL DE CACERE - CEP: 78219-899 - CACERES - MT TEL: (65)3222-1051			
NATUREZA DE OPERAÇÃO		CHAVE DE ACESSO 5124 1210 6880 3000 0196 5500 1000 0329 5919 4031 4187	
VENDA DE MERC. DENTRO DO ESTADO		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
INSCRIÇÃO ESTADUAL		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
00133683168	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	151240101553530 03/12/2024 10:14:47	
		CNPJ / CPF	
		10.688.030/0001-96	

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO
CDCE - ESCOLA ESTADUAL PADRE JOSE DE ANCHIETA		02.027.856/0001-86		03/12/2024
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO	CEP	DATA SAÍDA / ENTRADA
RUA XV DE NOVEMBRO, 1151		TAMBARE	78280-000	03/12/2024
MUNICÍPIO	FONE / FAX	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL	HORA DA SAÍDA
MIRASSOL D' OESTE		MT		09:40:31

DADOS DA FATURA	NÚMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
	32959	5.547,37	0,00	5.547,37

CÁLCULO DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
	0,00	0,00	0,00	0,00	1.209,18	5.547,37
	VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.547,37

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
RAZÃO SOCIAL		1 - DESTINATÁRIO					
ENDEREÇO		MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO (Kg)	PESO LÍQUIDO (Kg)		

DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS													
CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS IPI
859	CAFE TORRADO MOIDO 3 FAZENDAS 500G	09012100	060	5405	UN	10,000	19,900	199,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
515	CHA MATE RICCO 250 GR	09030090	060	5405	UN	32,000	5,650	180,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
796	CARNE BOVINA CHARQUE CIA DO BOI KG	02102000	060	5405	KG	20,000	54,830	1.096,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
630	COLORAU DAGOSTO KG	21039029	060	5405	KG	4,000	16,600	66,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
389	IOGURTE GOIANINHO MORANGO KG	04032000	060	5405	KG	35,700	9,500	339,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
1011	IOGURTE GOIANINHO COCO KG	04032000	060	5405	KG	40,800	9,700	395,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
7	MARGARINA C/SAL VIGOR KG	15171000	060	5405	KG	14,000	19,600	274,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
7	PEIXE TILÁPIA BELLO KG	03046100	060	5405	KG	19,069	58,800	1.121,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
787	QUEIJO MUSSARELA ROVIGO KG	04061010	060	5405	KG	28,000	51,500	1.442,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00
763	REQUEIJAO CREMOSO LACBOM KG	04061090	060	5405	KG	8,000	54,000	432,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00 0,00

#### DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
PADRE JOSE DE ANCHIETA / FP: VD ORGAO PUBLICO / V: WELLINGTON / PROCON-MT R BALTAZAR NAVARROS, 567 (antigo Sine), B BANDEIRANTES, CUIABA. CEP 78010-020 / (65) 3613-2100. / Valor Aproximado Tributos - R\$ 1.209,18 (21,80%) Fonte: IBPT	

RECEBEMOS DE SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LAIXO		NF-e Nº 000.032.457 SÉRIE 001
EMIÇÃO: 29/10/2024 - DEST. / REM: CDCE - ESCOLA ESTADUAL JOAO DE CAMPOS WIDAL - VALOR TOTAL: R\$ 10.400,55		
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000.032.457 fl. 1 / 1 SÉRIE 001	
SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA A RURAL, 760 - AREA RURAL DE CACERE - CEP: 78219-899 - CACERES - MT TEL: (65)3222-1051			
NATUREZA DE OPERAÇÃO		CHAVE DE ACESSO 5124 1010 6880 3000 0196 5500 1000 0324 5714 2606 6483	
VENDA DE MERC. DENTRO DO ESTADO		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
INSCRIÇÃO ESTADUAL		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO	
00133683168		151240089776138 29/10/2024 06:15:37	
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB		CNPJ / CPF	
		10.688.030/0001-96	

## DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL		CNPJ / CPF		DATA DA EMISSÃO	
CDCE - ESCOLA ESTADUAL JOAO DE CAMPOS WIDAL		01.717.753/0001-85		29/10/2024	
ENDEREÇO		BAIRRO / DISTRITO		CEP	
RUA CUIABA, S/N		DIST. SONHO AZU		78280-000	
MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL	
MIRASSOL D' OESTE		MT		HORA DA SAÍDA	
				06:15:21	

## FATURA

DADOS DA FATURA		32457		10.400,55		0,00		10.400,55	
-----------------	--	-------	--	-----------	--	------	--	-----------	--

## CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	2.208,53	10.400,55
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA FATURA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.400,55

## TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA		CÓDIGO ANTT		PLACA DO VEÍCULO		UF		CNPJ / CPF	
		1 - DESTINATARIO									
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL					
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO (Kg)		PESO LÍQUIDO (Kg)					

## DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NOM. / RA.	CEP	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	VALOR PIS	VALOR COFINS
630	COLORAU DAGOSTO KG	21039029	060	5405	KG	1,000	16,600	16,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
859	CAFE TORRADO MOIDO 3 FAZENDAS 500G	09012100	060	5405	UN	40,000	19,900	796,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
515	CHA MATE RICCO 250 GR	09030090	060	5405	UN	25,000	5,650	141,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1011	IOGURTE GOIANINHO COCO KG	04032000	060	5405	KG	50,000	9,700	485,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
389	IOGURTE GOIANINHO MORANGO KG	04032000	060	5405	KG	50,000	9,500	475,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1138	MARGARINA C/SAL VIGOR KG	15171000	060	5405	KG	30,000	19,600	588,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
72	PEIXE PINTADO PEIXES DO CERRADO KG	03033900	060	5405	KG	35,000	64,900	2.271,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
787	QUEIJO MUSSARELA ROVIGO KG	03046100	060	5405	KG	37,000	58,800	2.175,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
763	REQUEIJAO CREMOSO LACBOM KG	04061010	060	5405	KG	30,000	51,500	1.545,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
796	CARNE BOVINA CHARQUE CIA DO BOI KG	04061090	060	5405	KG	15,000	54,000	810,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		02102000	060	5405	KG	20,000	54,830	1.096,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
JOAO DE CAMPOS / FP: VD ORGAO PUBLICO / V: WELLINGTON / PROCON-MT R BALTAZAR NAVARROS, 567 (antigo Sine), B BANDEIRANTES, CUIABA. CEP 78010-020 / (65) 3613-2100. / Valor Aproximado Tributos - R\$ 2.208,53 (21,23%) Fonte: IBPT	

RECEBEMOS DE SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA OS PRODUTOS / SERVIÇOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADO AO LADO		NF-e Nº 000.027.909 SÉRIE 001
EMISSION: 02/02/2024 - DEST. / REM: MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE - VALOR TOTAL: R\$ 6.146,47		
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE		<b>DANFE</b> DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA 0 - ENTRADA 1 - SAÍDA Nº 000.027.909 fl. 1 / 1 SÉRIE 001	
SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA A RURAL, 760 - AREA RURAL DE CACERE - CEP: 78219-899 - CACERES - MT TEL: (65)3222-1051			
NATUREZA DE OPERAÇÃO		CHAVE DE ACESSO 5124 0210 6880 3000 0196 5500 1000 0279 0914 3365 6952	
VENDA DE MERC. DENTRO DO ESTADO		Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 00133683168		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 151240008926278 02/02/2024 08:05:37	
INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.		CNPJ / CPF 10.688.030/0001-96	

## DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE		CNPJ / CPF 03.755.477/0001-75	DATA DA EMISSÃO 02/02/2024
ENDEREÇO RUA ANTONIO TAVARES, 3310		BAIRRO / DISTRITO CENTRO	DATA SAÍDA / ENTRADA 02/02/2024
MUNICÍPIO MIRASSOL D'OESTE	FONE / FAX (65)3241-1012	UF MT	INSCRIÇÃO ESTADUAL 78280-000
			HORA DA SAÍDA 08.04.39

## FATURA

	NÚMERO	VALOR ORIGINAL	VALOR DESCONTO	VALOR LÍQUIDO
DADOS DA FATURA	27909	6.146,47	0,00	6.146,47

## CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE CÁLC. ICMS SUBST.	VALOR DO ICMS SUBST.	VALOR APROX. DOS TRIBUTOS	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
0,00	0,00	0,00	0,00	1.361,87	6.146,47
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESP. ACESS.	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.146,47

## TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA 1 - DESTINATARIO	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF		INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO (Kg)	PESO LÍQUIDO (Kg)	

## DADOS DO PRODUTO / SERVIÇOS

CÓDIGO DO PROD. / SERV.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM / SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	DESCONTO	BASE CÁLC. ICMS	VALOR LCMS	VALOR IPI	ALÍQUOTAS ICMS	IPI
560	ALHO BRANCO NACIONAL KG	07032090	060	5405	KG	4,000	23,800	95,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1003	BOLACHA CREAM CRACKER DALLAS KG	19053100	060	5405	KG	10,000	12,180	121,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
779	BOLACHA TIPO MAISENA DALLAS KG	19053100	060	5405	KG	10,000	12,180	121,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1082	CAFE TORRADO E MOIDO COXIP0 500G	09012100	060	5405	UN	20,000	14,350	287,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
796	CARNE BOVINA CHARQUE GOLDEN BULL KG	01019000	060	5405	KG	10,000	45,724	457,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	CHA MATE RICO 250 GR	09030090	060	5405	UN	20,000	5,325	106,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	COLORAU DAGOSTO KG	21039029	060	5405	KG	5,000	14,700	73,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
974	EXTRATO TOMATE STELLA 300G	20029000	060	5405	UN	20,000	3,206	64,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
474	FEIJAO CARIOCA TRADICAO KG	07133399	040	5102	KG	20,000	4,690	93,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1013	IOGURTE GOIANINHO MORANGO 850G	04032000	060	5405	UN	50,000	4,990	249,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
756	MARGARINA CLAYBOM KG	15171000	060	5405	KG	40,000	13,350	534,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
371	MILHO VERDE STELLA 320 GR	20058000	060	5405	UN	20,000	3,800	76,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1009	PEIXE PINTADO PANTANAL FISH KG	03028933	060	5405	KG	20,000	63,000	1.260,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1117	PEIXE TILAPIA BELLO KG	03046100	060	5405	KG	20,000	58,800	1.176,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2	QUEIJO MUSSARELA KG	04061010	060	5405	KG	30,000	32,783	983,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24	REQUEIJAO CREMOSO LACBOM 400 GR	04061090	060	5405	UN	30,000	14,644	439,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
480	SAL REFINADO UNIAO KG	25010020	060	5405	KG	3,000	2,400	7,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

## DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL / FP.DINHEIRO / V.WELINGTON / PROCON-MT R BALTAZAR NAVARROS,567(antigo Sine), B BANDEIRANTES, CUIABA.CEP 78010-020/(65)3613-2100. / Valor Aproximado Tributos - R\$ 1.361,87 (22,16%) Fonte: IBPT	RESERVADO AO FISCO
--	--------------------

000590



ESTADO DE MATO GROSSO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA



ALVARÁ SANITÁRIO DE CÁCERES

Alvará nº 1194.134201.2026

Validade: 31/12/2026

A Secretaria Municipal de Saúde de CÁCERES, por meio da Vigilância Sanitária, autoriza o funcionamento da empresa descrita abaixo, conforme as atividades listadas neste documento.

Razão Social: SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA  
Nome Fantasia: SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS  
CNPJ/CPF: 10.688.030/0001-96  
Endereço: AREA RURAL Nº 760  
Cidade: CÁCERES Bairro: ZONA RURAL  
CEP: 78219899 Telefone: (65) 3222-1051

Responsável Legal: MARCIA MARIA MOTA

CPF: 78\*.\*\*\*.\*\*\*-34

CNAE Objeto da Licença:

4691-5/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios

ATIVIDADES LICENCIADAS:

1) O comércio atacadista de mercadorias em geral, sem especialização particular e com predominância de produtos alimentícios.

VEICULO HYUNDAI/HR HDB 4WD

CARGA - CAMINHONETE

COR : BRANCA

PLACA: SPX3F50

CÁCERES, quinta-feira, 29 de janeiro de 2026

JOSUÉ VALDEMIR DE ALCANTARA  
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - SANITARISTA  
Matrícula: 2900-1

Esta licença digital possui validade jurídica, sua autenticidade deverá ser confirmada pelo código QR ou pela URL:  
<http://sistemas.saude.mt.gov.br/Alvara/Imprimir/?chaveAcesso=eb4906a2-8b7e-42a7-91ca-30e71b972104>

Data da impressão: 29/01/2026 10:30 RUA 13 DE JUNHO, 383, CENTRO, - CEP: 78221-012 - CÁCERES - Fone: (65) 3223-0007 - E-mail: fiscalvisa.cac@gmail.com

Página 1 de 1

006591



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO  
10.688.030/0001-96  
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO  
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA  
12/03/2009

NOME EMPRESARIAL  
SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
SAO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS

PORTE  
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
46.91-5-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
10.51-1-00 - Preparação do leite  
46.17-6-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo  
46.23-1-01 - Comércio atacadista de animais vivos  
46.31-1-00 - Comércio atacadista de leite e laticínios  
46.34-6-01 - Comércio atacadista de carnes bovinas e suínas e derivados  
46.34-6-02 - Comércio atacadista de aves abatidas e derivados  
46.34-6-03 - Comércio atacadista de pescados e frutos do mar  
46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente  
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar  
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente  
46.86-9-02 - Comércio atacadista de embalagens  
47.11-3-02 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados  
47.21-1-03 - Comércio varejista de laticínios e frios  
47.22-9-01 - Comércio varejista de carnes - açougues  
47.22-9-02 - Peixaria  
47.24-5-00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros  
47.29-6-99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente  
47.55-5-02 - Comércio varejista de artigos de armário  
56.20-1-04 - Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
A RURAL

NÚMERO  
760

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
78.219-899

BAIRRO/DISTRITO  
AREA RURAL DE CACERES

MUNICÍPIO  
CACERES

UF  
MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
SAOLUIZ\_VENDAS@OUTLOOK.COM

TELEFONE  
(65) 3222-1051

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
12/03/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 09/01/2026 às 10:56:22 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

000592



Ministério da Economia  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2062

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



MTP2100257127

Nº DE VIAS CÓDIGO DO ATO CÓDIGO DO EVENTO QTDE DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	090			CONTRATO
		315	1	ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

CUIABA

Local

21 Setembro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem  
À decisão

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

☐ NÃO

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL


pág. 1/9



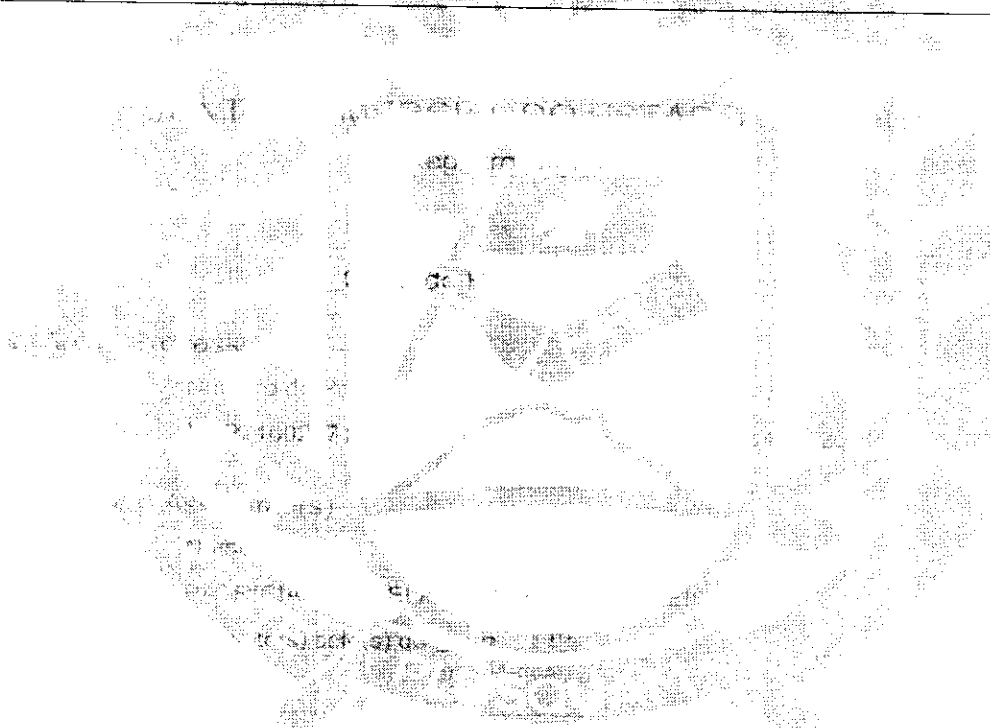
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO  
Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/122.082-5	MTP2100257127	14/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	21/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



000591



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5, Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

**ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**  
**JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**

Pelo presente instrumento particular de Constituição de Sociedade Limitada Unipessoal, **PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**, brasileira, comerciante, Casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida na cidade de Uruaçu, Estado de Goiás, no dia 05/05/1977, filha de Meza Alves dos Reis e Juscelina Rodrigues de Medeiros, portadora do CPF nº 839.074.081-87 e da Cédula de Identidade – RG nº 1.066.737-7 expedida pela SJ/MT, residente na Rua Cristóvão Colombo, nº 425, Jd. Imperador na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso – CEP 78.125-630, Brasil, doravante chamada de **TITULAR**, resolve, com fundamento no parágrafo único do Art. 1.052 do Código Civil (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), constituir uma **Sociedade Limitada Unipessoal**, que será regida pelas normas própria de Direito e pelas cláusulas a seguir expostas.

**DO NOME EMPRESARIAL, DA SEDE E DAS FILIAIS**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A sociedade adotará o nome empresarial de **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**.

**Parágrafo Único:** A empresa tem como nome fantasia **NATURE FISH**.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - A sede da sociedade é na **Rod MT 010 (Estrada da Guia), Km 24, Zona Rural, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso – CEP 78.104-000, Brasil**.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, obedecendo às disposições vigentes, mediante alteração do ato constitutivo.

**DO OBJETO E DA CODIFICAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

**CLÁUSULA QUARTA** - O objeto da sociedade será: **PREPARAÇÃO DE PEIXES CONGELADOS, PRESERVAÇÃO DO PESCADO (PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS), FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS DE PEIXES, CONGELADOS, FILES E OUTRAS CARNES DE PEIXES, REFRIGERADOS OU CONGELADOS, PREPARAÇÃO DE OVAS DE PEIXES, FABRICAÇÃO DE PEIXES ENLATADOS EM CONSERVAS (ÓLEO, SALMOURA, MOLHOS, ETC), PREPARAÇÃO DE PEIXES SECOS OU SALGADOS, FABRICAÇÃO DE PREPARAÇÕES DIVERSAS DE PEIXES (EXCETO PRATOS PRONTOS CONGELADOS), FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FARINHAS DE PEIXE COMESTÍVEIS OU NÃO COMESTÍVEIS, DE HAMBÚRGUER DE PEIXE, DE PASTAS E PATÊS DE PEIXE, DE POLPAS DE PEIXE, INCLUSIVE SURIMI, PEIXARIA, COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR, ABATE DE PEIXES EM ABATEDOURO E FRIGORÍFICO, PREPARAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE PEIXES FRIGORIFICADOS, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE INDUSTRIALIZADOS, CONSERVAS, BANHAS OU GORDURAS COMESTÍVEIS DE ORIGEM DOS ANIMAIS E COMERCIALIZAÇÃO DOS MESMOS NO VAREJO E NO ATACADO, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE CONSERVA DE PEIXE, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GELO COMUM, CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALEVINOS, CRIAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PEIXES IN NATURA, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE RAÇÕES NO VAREJO E NO ATACADO, FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE FARINHA DE CARNE, DE OSSOS E DE OUTROS SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS FRESCOS, CONGELADOS, CONSERVADOS OU FRIGORIFICADOS; COMÉRCIO VAREJISTA DE PESCADOS FRESCOS, CONGELADOS, CONSERVADOS OU FRIGORIFICADOS; COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS DE ANIMAIS, PRODUÇÃO DE CARÇAÇA DE OVINO (OVINO ABATIDO), CARNE DE OVINO CONGELADA, CARNE DE OVINO FRESCA (VERDE) OU**

Página | 1/4



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 3/9

**ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL**  
**JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**

REFRIGERADA, PRODUÇÃO DE CARNE DE OVINO SECA, SALGADA OU DEFUMADA, COMÉRCIO VAREJISTA CARNE DE CAPRINO, OVINO, EQUÍDEO, ABATE DE OVINOS E CAPRINOS E ABATE DE RESES, PRODUÇÃO DE CONSERVAS DE CARNE DE OVINOS E CAPRINOS, QUANDO INTEGRADA AO ABATE, PRODUÇÃO DE DESPOJOS EM BRUTO DO ABATE DE OVINOS OU CAPRINOS (GLÂNDULAS, OSSOS, ETC.), DE EMBUTIDOS DIVERSOS DE OVINOS OU CAPRINOS (QUANDO INTEGRADA AO ABATE), PRODUÇÃO DE PRODUTOS DE SALAMARIA DE CARNE DE OVINOS OU CAPRINOS (QUANDO INTEGRADA AO ABATE), PRODUTOS DE SALSICHARIA DE CARNE DE OVINOS OU CAPRINOS (QUANDO INTEGRADA AO ABATE),

- 10.20-1/01 - PREPARAÇÃO DE PEIXES CONGELADOS, PRESERVAÇÃO DO PESCADO (PEIXES, CRUSTÁCEOS E MOLUSCOS)  
10.20-1/02 - FABRICAÇÃO DE PEIXES ENLATADOS EM CONSERVAS (ÓLEO, SALMOURA, MOLHOS, ETC)  
03.22-1/01 - CRIAÇÃO DE PEIXES EM ÁGUA DOCE  
10.11-2/03 - ABATE DE OVINOS E CAPRINOS E ABATE DE RESES  
10.13-9/01 - PRODUÇÃO DE CARNE DE OVINO SECA, SALGADA OU DEFUMADA  
10.13-9/02 - PREPARAÇÃO DE SUBPRODUTOS DO ABATE  
10.66-0/00 - FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS  
10.99-6/04 - FABRICAÇÃO DE GELO COMUM  
46.23-1/09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS  
46.34-6/03 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PESCADOS E FRUTOS DO MAR  
47.22-9/01 - COMÉRCIO VAREJISTA CARNE DE CAPRINO, OVINO, EQUÍDEO  
47.22-9/02 - PEIXARIA

**DO PRAZO DE DURAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** – A sociedade iniciará suas atividades a partir da data do registro do seu ato constitutivo na Junta Comercial do Estado de Mato Grosso – JUCEMAT e seu prazo de duração é indeterminado.

**DO CAPITAL E DA RESPONSABILIDADE**

**CLÁUSULA SEXTA** – A sociedade tem o Capital Social de R\$ 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil reais), dividido em 470.000,00 (Quatrocentos e setenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, sendo que o Capital Social integralizado é de R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais), dividido em 110.000,00 (Cento e dez mil) quotas, totalmente integralizado pela titular, neste ato, em moeda corrente nacional, e R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais), divido em 360.000 (Trezentos e sessenta mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Hum real) cada uma, a serem integralizadas em moeda corrente no país, no prazo de 24 (Vinte e quatro) meses, contados a partir do mês de janeiro/2022, finalizando sua total integralização no mês de dezembro/2023.

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR (R\$)
PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	470.000,00	470.000,00

**CLÁUSULA SÉTIMA** – A responsabilidade da Titular é na forma da Legislação em Vigor, Limitada à importância total do Capital Social.



**ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL  
JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**

**DA ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA** – A administração da sociedade será exercida **ISOLADAMENTE** por sua titular **PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**, já qualificada acima, com os poderes e atribuições de administradora e de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial.

**Parágrafo Primeiro** – Faculta – se à administradora, nos limites dos seus poderes, constituir procuradores em nome da sociedade, devendo ser especificado no instrumento de mandato, os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, que no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

**Parágrafo Segundo** – Poderão ser designados administradores não titulares na forma prevista no Art. 1.061 da Lei 10.406/2002.

**DO BALANÇO PATRIMONIAL DOS LUCROS E PERDAS E DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

**CLÁUSULA NONA** - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sendo que os lucros ou prejuízos verificados serão suportados pelo titular.

**Parágrafo Único** – A critério da titular e atendendo interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros poderão ser destinados à formação de Reservas de lucros Acumulados para futura destinação.

**CLÁUSULA DÉCIMA** - A signatária do presente ato declara que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

**DO FALECIMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Falecendo ou interditada a titular, a sociedade continuará sua atividade com os herdeiros ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, os valores de seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo Único** – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu Titular.

**DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – A administradora declara sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Página | 3/4



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/9

**ATO CONSTITUTIVO DA SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL  
JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**

**DA RETIRADA**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – A titular poderá fixar uma retirada mensal, a título de “pro-labore”, observadas as disposições regulamentares pertinentes, o valor será fixado em cada ano.

**DA DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**– Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Fica eleito o foro de Cuiabá/MT para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato constitutivo.

Cuiabá/MT, 09 de setembro de 2021.

**PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**  
Titular/Administradora



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

## Documento Principal

### Identificação do Processo

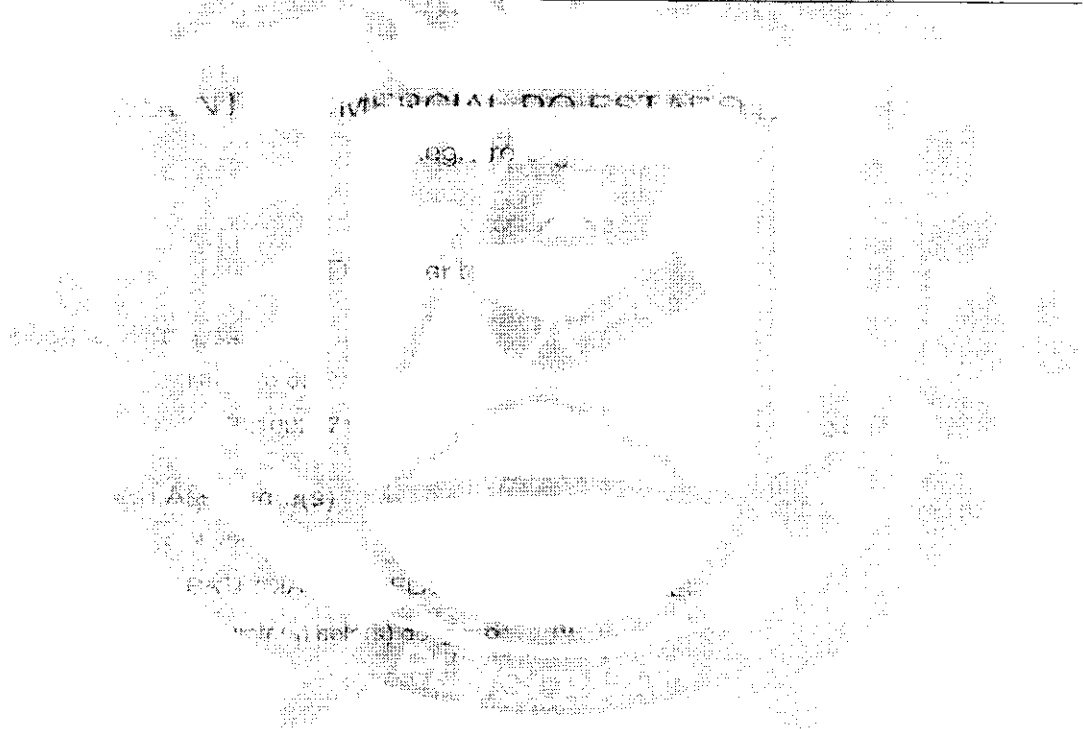
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/122.082-5	MTP2100257127	14/09/2021

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	21/09/2021

Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br

Selo Ouro - Certificado Digital



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 7/9



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso  
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, de NIRE 5120187853-6 e protocolado sob o número 21/122.082-5 em 14/09/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 51201878536, em 22/09/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Rene Borges De Souza.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Julio Frederico Muller Neto. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	21/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

### Documento Principal

CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	21/09/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 09/09/2021



Documento assinado eletronicamente por Rene Borges De Souza, Servidor(a) Público(a), em 22/09/2021, às 13:06.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemat informando o número do protocolo 21/122.082-5.



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A28E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 8/9

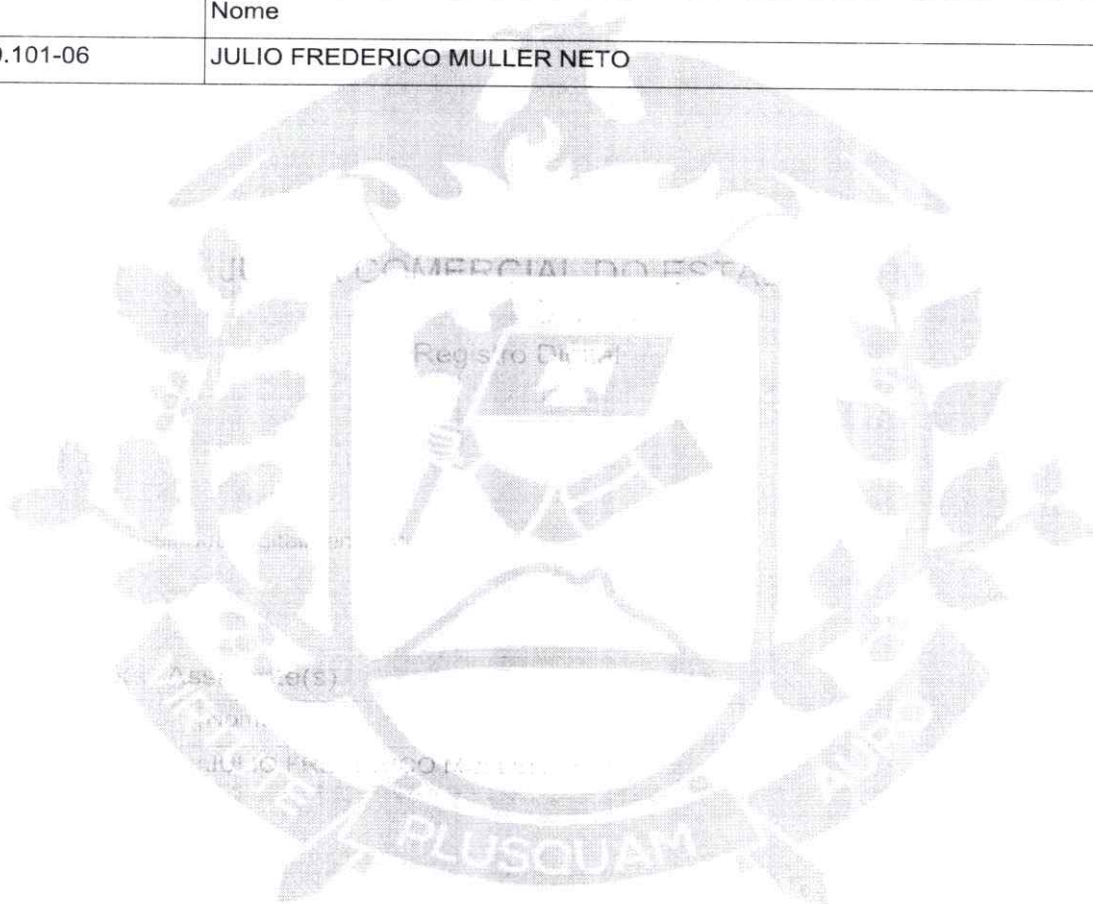


# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
955.179.101-06	JULIO FREDERICO MULLER NETO



Cuiabá, quarta-feira, 22 de setembro de 2021

00601




Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 51201878536 em 22/09/2021 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 211220825 - 14/09/2021. Autenticação: D7CFB92592C8DAA72669259A26E731C0AE56CDE5. Julio Frederico Muller Neto - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 21/122.082-5 e o código de segurança f1U7 Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/09/2021 por Julio Frederico Muller Neto – Secretário-Geral.

JULIO FREDERICO MULLER NETO  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 9/9

 <p>Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC</p>			<p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p>		
<p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">51201878536</p>		<p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</p>		<p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p>	

**1 - REQUERIMENTO**


ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Nome: JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	317			DESENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Nº FCN/REMP



MTN2577033254

CUIABA  
Local

30 Janeiro 2025  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

☐ NÃO      /  /      \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

☐ SIM

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

☐ NÃO      /  /      \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

Processo em Ordem  
À decisão

  /  /    
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☒ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência  
☐

3ª Exigência  
☐

4ª Exigência  
☐

5ª Exigência  
☐

/  /      \_\_\_\_\_  
Data                      Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência  
☐

3ª Exigência  
☐


4ª Exigência  
☐

5ª Exigência  
☐

/  /      \_\_\_\_\_  
Data                      Vogal                      Vogal                      Vogal

Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 3447886 em 30/01/2025 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 250194163 - 30/01/2025. Autenticação: 8A82455E65FF5BDC6EA7CDF4C44847C851D8D. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/019.416-3 e o código de segurança Bozp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/01/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

000602

KENNER LANGNER DA SILVA  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 1/6



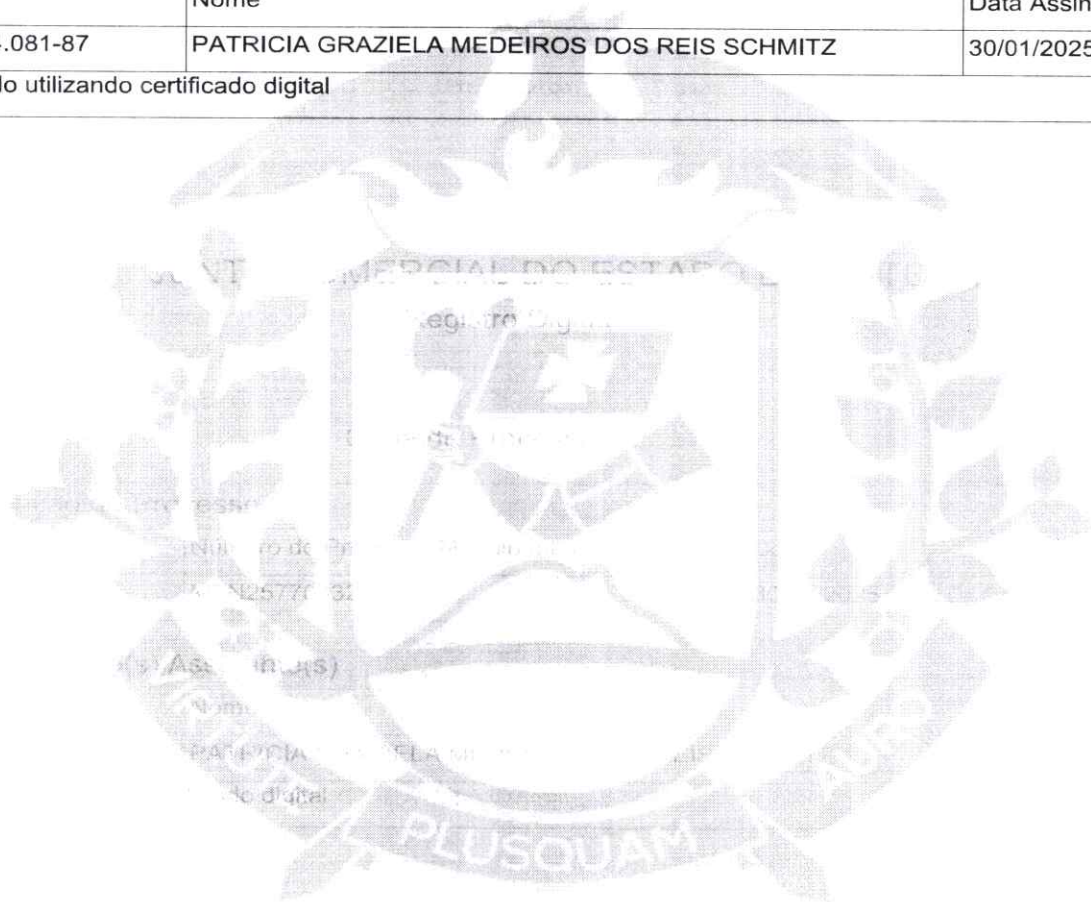
# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/019.416-3	MTN2577033254	30/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	30/01/2025
Assinado utilizando certificado digital		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 3447886 em 30/01/2025 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 250194163 - 30/01/2025. Autenticação: 8A82455E65FF5BDC6EA7CDF4C44847C851D8D. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/019.416-3 e o código de segurança Bozp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/01/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

KENNER LANGNER DA SILVA  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 2/6

006603

## DECLARAÇÃO DE DESENQUADRAMENTO DE ME

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso.

A Empresa **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 22/09/2021, CNPJ: **43.614.059/0001-82**, estabelecido na RODOVIA MT 010, número KM 24, bairro ZONA RURAL, ESTRADA DA GUIA, município CUIABA - MT, CEP: 78.104-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da lei, que se desenquadra da condição de **MICROEMPRESA**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: **317**

Descrição do Ato: **DESENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA**

**CUIABA, 30 de janeiro de 2025.**

**PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ: Sócio/Administrador**

006601



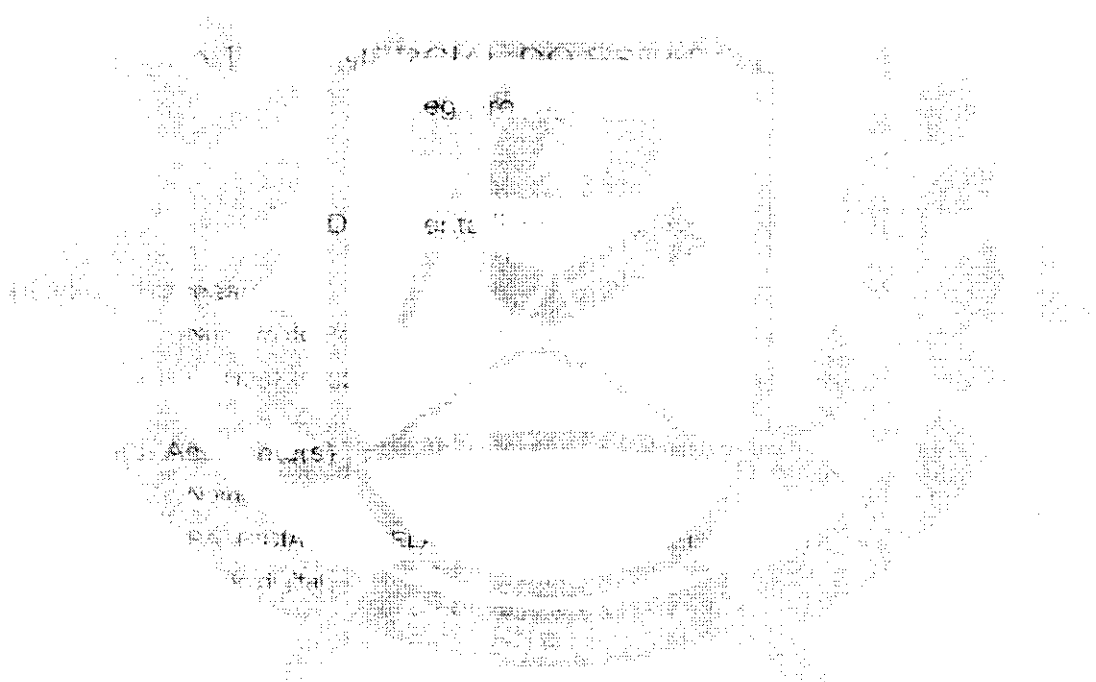
# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/019.416-3	MTN2577033254	30/01/2025

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	30/01/2025
Assinado utilizando certificado digital		



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 3447886 em 30/01/2025 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 250194163 - 30/01/2025. Autenticação: 8A82455E65FF5BDC6EA7CDF4C44847C851D8D. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/019.416-3 e o código de segurança Bozp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/01/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral

KENNER LANGNER DA SILVA  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 4/6





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado de Mato Grosso  
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de Mato Grosso  
Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, de CNPJ 43.614.059/0001-82 e protocolado sob o número 25/019.416-3 em 30/01/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 3447886, em 30/01/2025. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Floraci Alves Dos Santos.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Kenner Langner da Silva. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
839.074.081-87	PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ	
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 30/01/2025



Documento assinado eletronicamente por Floraci Alves Dos Santos, Servidor(a) Público(a), em 30/01/2025, às 14:33.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemat](https://portalservicos.jucemat.mt.gov.br/Portal/pages/validarDocumento.jsf) informando o número do protocolo 25/019.416-3.



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 3447886 em 30/01/2025 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 250194163 - 30/01/2025. Autenticação: 8A82455E65FF5BDC6EA7CDF4C44847C851D8D. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/019.416-3 e o código de segurança Bozp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/01/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral.

KENNER LANGNER DA SILVA  
SECRETÁRIO GERAL

pág. 5/6

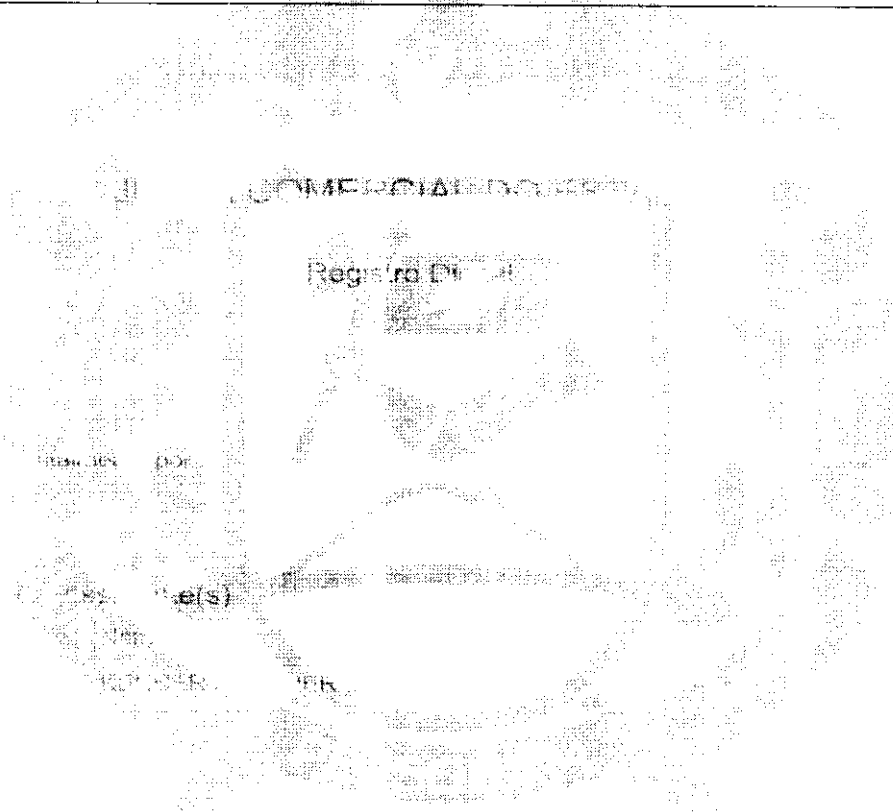


# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
735.399.371-53	KENNER LANGNER DA SILVA



Cuiabá, quinta-feira, 30 de janeiro de 2025



Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

Certifico registro sob o nº 3447886 em 30/01/2025 da Empresa JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA, CNPJ 43614059000182 e protocolo 250194163 - 30/01/2025. Autenticação: 8A82455E65FF5BDC6EA7CDF4C44847C851D8D. Kenner Langner da Silva - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemat.mt.gov.br/> e informe nº do protocolo 25/019.416-3 e o código de segurança Bozp Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 30/01/2025 por Kenner Langner da Silva Secretário-Geral

KENNER LANGNER DA SILVA  
SECRETÁRIO-GERAL

pág. 6/6

**QR-CODE**

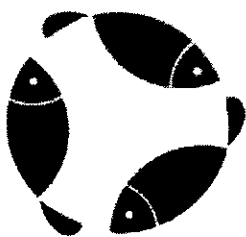


As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO/SENATRAN**[illegible]

I<BRAD01781503<171<<<<<<<<<<  
7705050F3210167BRA<<<<<<<<<<  
PATRICIA<<GR<MEDETROS<ID<REI

W  
00666



# Naturalefish

NATURAL PARA VOCÊ

## PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular, a **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, CNPJ. 43.614.059/0001-82, situada na Rodovia MT 010 (Estrada da Guia), Km 24, Zona Rural, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso – CEP 78.104-000, neste ato representada por **PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**, brasileira, comerciante, Casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, portadora da cédula de Identidade RG 1.066.737-7 SJ-MT, inscrita no CPF/MF sob nº 839.074.081-87, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou **KENNYA CONSANI DAS MERCÊS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la para participar de licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações, defesa e denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, credenciar terceiros em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, Concurso, leilão, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame específico, em nome da outorgante, **INCLUSIVE SUBSTABELECER** e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Cuiabá, 16 de janeiro de 2023

**PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**  
Sócia Administradora

WWW.NATURALEFISH.COM.BR

ENDEREÇO: RODOVIA MT 010, KM 27, CUIABÁ -

MT. TELEFONE: +55 65 99946-4264

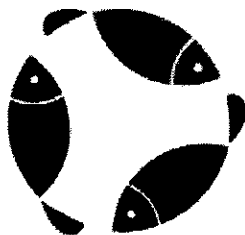
FINANCEIRO@NATURALEFISH.COM.BR

CNPJ: 43.614.059/0001-82

Naturalefish



000603



# Naturalefish

NATURAL PARA VOCÊ

## PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular, a **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, CNPJ. 43.614.059/0001-82, situada na Rodovia MT 010 (Estrada da Guia), Km 24, Zona Rural, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso – CEP 78.104-000, neste ato representada por **PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**, brasileira, comerciante, Casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, portadora da cédula de Identidade RG 1.066.737-7 SJ-MT, inscrita no CPF/MF sob nº 839.074.081-87, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou **KENNYA CONSANI DAS MERCÊS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representa-la para participar de licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações, defesa e denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, credenciar terceiros em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, Concurso, leilão, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame específico, em nome da outorgante, **INCLUSIVE SUBSTABELECE**r e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Cuiabá, 16 de janeiro de 2023

**PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**  
Sócia Administradora

WWW.NATURALEFISH.COM.BR

ENDEREÇO: RODOVIA MT 010, KM 27, CUIABÁ -

MT. TELEFONE: +55 65 99946-4264

FINANCEIRO@NATURALEFISH.COM.BR

CNPJ: 43.614.059/0001-82

O documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001.  
Para obter o documento assinado acesse <https://www.npaper.com.br/check/> e informe o código B632-94E8-4A08-A7F2



000610

Naturalefish





## COMPROVANTE DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Código de verificação: B632-94E8-4A08-A7F2

O documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil pelos seguintes signatários nas datas indicadas (horário de Brasília).



PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS (CPF 839.074.081-87) - Sócia Administradora - 16/01/2023 20:04

Para obter o documento assinado, acesse <https://www.npaper.com.br/check/> e informe o código acima ou acesse o link abaixo:

<https://www.npaper.com.br/check/B632-94E8-4A08-A7F2>

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que ~~lhe confere~~ o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

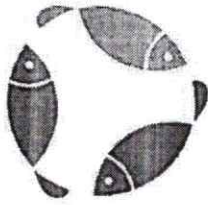
Art. 10. Observados os critérios a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, poderão ser licenciados como AC e AR os órgãos e as entidades públicos e as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 12. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

000611



# Naturalefish

NATURAL PARA VOCÊ

## PROCURAÇÃO

Por meio deste instrumento particular, a **JEL AGROINDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS LTDA**, CNPJ. 43.614.059/0001-82, situada na Rodovia MT 010 (Estrada da Guia), Km 24, Zona Rural, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso – CEP 78.104-000, neste ato representada por **PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**, brasileira, comerciante, Casada sob regime de Comunhão Parcial de Bens, portadora da cédula de Identidade RG 1.066.737-7 SJ-MT, inscrita no CPF/MF sob nº 839.074.081-87, nomeia e constitui sua bastante procuradora a Sra. **PRISCILA CONSANI DAS MERCÊS OLIVEIRA**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de Identidade RG nº 10.616.831-8 SSP/PR, inscrita no CPF/MF sob nº 075.082.869-28 e portadora da carteira profissional OAB/MT 18.569-B, e/ou **KENNYA CONSANI DAS MERCÊS**, brasileira, solteira, portadora da cédula de Identidade RG nº 3511552-1 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº 112.204.199-31 a fim representá-la para participar de licitações de todas as modalidades, estando autorizada a manifestar-se verbalmente, ofertar descontos, assinar atas de sessão, renunciar e interpor recursos, apresentar representações, defesa e denúncias, solicitar informações e documentos, impugnar editais, realizar questionamentos, formular propostas, oferecer lances de preços, assinar, entregar e retirar documentos, assinar instrumentos contratuais, atas de registro de preços e empenhos, autorizar adesões, renovações, aditivos, solicitar reajustes, reequilíbrios, repactuações, receber intimações e notificações, desistir ou não de recursos, credenciar terceiros em pregões presenciais, tomadas de preços, concorrências, Concurso, leilão, diálogo competitivo e cartas convite, bem como praticar todos os demais atos pertinentes à licitações em geral e ao certame específico, em nome da outorgante, **INCLUSIVE SUBSTABELECE**r e tudo mais que for lícito e necessário para o fiel e cabal cumprimento do presente mandato, pelo que darei por bom, firme e valioso.

Cuiabá, 16 de janeiro de 2023



*Patricia Graziela Medeiros dos Reis Schmitz*  
**PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ**  
Sócia Administradora

WWW.NATURALEFISH.COM.BR

ENDEREÇO: RODOVIA MT 010, KM 27, CUIABÁ -

MT, TELEFONE: +55 65 99946-4264

FINANCEIRO@NATURALEFISH.COM.BR

CNPJ: 43.614.059/0001-82

Digitizado com CamScanner



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 13/11/2025 11:32:09 que o documento de hash (SHA-256)  
6c64ec50fabf46e33925436df106cf5ed2f21df3d845985bd24c10085ff2ab82 foi validado em 13/11/2025 11:29:00 através da transação blockchain  
0x52b925eb0fa164ad11f9f378e7f148c68b35a27c27aace97a286ccf5292aa93 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 295888)



000612

Serviço Notarial e Registral do Distrito de Capão Grande

Reconheço por verdadeira a firma de: **PATRICIA GONCALVES MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ** (0487) Termo: Z34018

Capão Grande - MT, 17 de Janeiro de 2023 Hr: 10:38

Dou fé. Em testemunho de verdade.

Patricia Erickson Pereira Posse

Selo Digital BUA: 55242 NS 8.40 Cod: 22

Consulta: [www.tmi.gov.br](http://www.tmi.gov.br) Cartão: 183

Cartão: 183

Cartão: 183

Digitizado com CamScanner



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 13/11/2025 11:32:09 que o documento de hash (SHA-256)  
6c64ec50fabf46e33925436df106cf5ed2f21df3d845985bd24c10085ff2ab82 foi validado em 13/11/2025 11:29:00 através da transação blockchain  
0x52b925eb0fa164ad11f9f378e7f148c68b35a27c27aace97a286ccf5292aa93 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 295888)



000613



Estado de Mato Grosso  
Poder Judiciário - Corregedoria Geral da Justiça

**CERTIDÃO DE AUTENTICIDADE**

Relativo a selo digital ou selo físico utilizado em ato notarial e de registro registrado em livro de registro notarial e de registro consignado em livro.

**Informações do Cartório**

**Cartório:** Cartório de Paz e Notas  
Rua Trângulo Mineiro, nº 01, Qd 2, Lote 18, Capão Grande - MT

**Atribuição:** Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais, Com Funções Cumulativas de Escrivão do Juízo de Paz e de Tabelião de Notas

**Nome do Serventuário:**

**CERTIDÃO**

Certifico que este ato notarial e/ou de registro foi realizado pelo Cartório de Paz e Notas, localizado no município de Capão Grande, pertencente à Comarca de Várzea Grande, contendo as seguintes informações:

**Informações do Selo**

**Tipo de Selo:** Digital

**Série do Selo:** BUW-58262

**Valor:** R\$8,40

**Informações do(s) Ato(s)**

**Código do Ato:** 22

**Natureza de Ato:** Reconhecimento

**Protocolo:** -

**Livro:** -

**Folha:** -

**Identificador (termo assento ou instrumento):** -

**Data de Realização do Ato:** 17/01/2023

**Hora de Realização do Ato:** 10:38:22

**Micro Pequena Empresa:** -

**Nome:** PATRICIA GRAZIELA MEDEIROS DOS REIS SCHMITZ

**CPF:** 839.074.081-87

**Nº do Cartão de Autógrafo:** 90487

**Matrícula:** -

**Registro:** -

**Obs.: -**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade, no endereço: <http://www.tjmt.jus.br/selos>.

Certidão emitida com base no Provimento nº 53/2008-CGJ, de 29/08/2008.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Emitida às 10:10 do dia 18/01/2023.

Código de controle da certidão:

**DEEECD51-7CC9-4673-9FAD-4A8378783AA5**

Página: 1 de 1



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 13/11/2025 11:32:09 que o documento de hash (SHA-256)  
6c64ec50fabf46e33925436df106cf5ed2f21df3d845985bd24c10085ff2ab82 foi validado em 13/11/2025 11:29:00 através da transação blockchain  
0x52b925eb0fa164ad11f9f378e7f148c68b35a27c27aace97a296ccf5292aa93 e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 295988)



000614

Dautin Blockchain  
Rua Dagoberto Nogueira, 100  
Ed. Torre Azul - 11º Andar  
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 11/02/2026

## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A Dautin Blockchain CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **6c64ec50fabf46e33925436df106cf5ed2f21df3d845985bd24c10085ff2ab82** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **295888** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"PROCURAÇÃO FISICA - NATURALE"**, cujo assunto é descrito como **"PROCURAÇÃO FISICA - NATURALE"**, faz prova de que em **13/11/2025 11:28:54**, o responsável **Merces Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Merces Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain

Este CERTIFICADO foi emitido em **13/11/2025 11:32:09** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x52b925eb0fa164ad11ff9f378e7f148c68b35a27c27aace97a286ccf5292aa93**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



000615

[illegible]

I<BRA078901871<030<<<<<<<<<<<  
0301291F2602280BRA<<<<<<<<<<4  
KENNYA<<CONSANI<DAS<MERCES<<<<



As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**

004616

**VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**  
**2323686650**

**NOME**  
PRISCILA CONSANI DAS MERCES

**DOC. IDENTIFICADOR SERPRO/AN**  
106169218 SNE PR

**CPF**  
075.092.859-28

**DATA NASCIMENTO**  
01/11/1998

**ENDEREÇO**  
ALFREDO ALVES DAS MERCES PT LHO  
MARIA APARECIDA CONSANI DAS MERCES

**PERMISSÃO**  
ACE

**CAT. MAR.**  
B

**Nº REGISTRO**  
95867468800

**VALIDADE**  
09/07/2032

**EXPIRAÇÃO**  
24/09/2013

**OPERACIONAL**

**ASSINADOR DIGITAL**

**LOCAL**  
CUIABÁ, MT

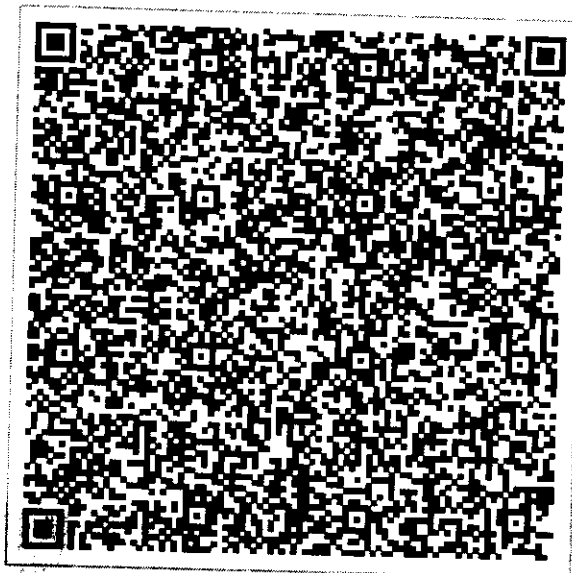
**DATA EMISSÃO**  
09/07/2013

**DEPARTAMENTO BRASILEIRO DE TRANSPORTES**

**MATO GROSSO**

**DENATRAN** **CONTRAN**

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

000617



v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 29/12/2025 15:26:12 que o documento de hash (SHA-256)  
16888209747735788351319f6c0229114fcff8abbd3bb9ff714624b171e19f29 foi validado em 29/12/2025 15:24:15 através da transação blockchain  
0x59940423dfa3c3248f84d4b0fe5fc5e0f12e05f7890f669f443e27682bbf551d e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 301441)

000613



TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 110300044

USO OBRIGATÓRIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR





OBSERVAÇÕES



Digitalizado com CamScanner

# ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DO MAIO GROSSO  
IDENTIDADE DE ADVOCADA

NOME

PRISCILA CONSANI DAS MERCES OLIVEIRA

FILIAÇÃO

ALFREDO ALVES DAS MERCES FILHO

MARIA APARECIDA CONSANI DAS MERCES

NATURALIDADE

CHAMORÉ, MS

RG

108100000-00000000

DATA DE NASCIMENTO

01/11/1990

075.082.869-28

VIA EMPLEADO EM

02 09/03/2024

CRISTINA ALVES LARSEN  
PRESIDENTE

Digitalizado com CamScanner

18568/8  
07/08/2024

v4.0 - Dautin Blockchain certifica em 29/12/2025 15:26:12 que o documento de hash (SHA-256)  
16888209747735788351319f6cd229114cfff8abbd3bb8ff7f4624b171e19f29 foi validado em 29/12/2025 15:24:15 através da transação blockchain  
0x59940423dfa3c3248f84d4b0fe5fc5e0f12e05f7890f669f443e27682bbf551d e pode ser verificado em <https://www.dautin.com/FileCheck> (NID: 301441)



Dautin Blockchain  
Rua Dagoberto Nogueira, 100  
Ed. Torre Azul - 11º Andar  
Sala 1101, Centro, Itajaí - SC  
(47) 3514-7599 | (47) 99748-2223  
www.dautin.com | dautin@dautin.com



Prova de Autenticidade válida até 29/03/2026

## CERTIFICADO DE PROVA DE AUTENTICIDADE ELETRÔNICA

A Dautin Blockchain CERTIFICA para os devidos fins de direito que, o arquivo digital especificado com o tipo documental **Autenticação** e representado pela função hash criptográfica conhecida como SHA-256, de código **16888209747735788351319f6c0229114fcff8abbd3bb8ff7f4624b171e19f29** foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>1</sup> através da rede blockchain Ethereum Classic, sob o identificador único denominado NID **301441** dentro do sistema.

A autenticação eletrônica do documento intitulado **"OAB 2 PRISCILA - COM VALIDADE"**, cujo assunto é descrito como **"OAB 2 PRISCILA - COM VALIDADE"**, faz prova de que em **29/12/2025 15:23:55**, o responsável **Mercês Assessoria Eireli (20.231.876/0001-56)** tinha posse do arquivo com as mesmas características que foram reproduzidas na prova de autenticidade, sendo de Mercês Assessoria Eireli a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a Dautin Blockchain.

Este CERTIFICADO foi emitido em **29/12/2025 15:26:12** através do sistema de autenticação eletrônica da empresa Dautin Blockchain de acordo com o Art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001, Art. 107 do Código Civil e Art. 411, em seus §§ 2º e 3º do Código de Processo Civil, estando dessa maneira de acordo para o cumprimento do Decreto 10278/2020.

Para mais informações sobre a operação acesse o site <https://www.dautin.com> e informe o código da transação blockchain **0x59940423dfa3c3248f84d4b0fe5fc5e0f12e05f7890f669f443e27682bbf551d**. Também é possível acessar a consulta através da rede blockchain em <https://blockscout.com/etc/mainnet/>

<sup>1</sup> Legislação Vigente: Medida Provisória nº 2200-2/2001, Código Civil e Código de Processo Civil.

**DAUTIN**  
BLOCKCHAIN



Presidência da República Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos  
MEDIDA PROVISÓRIA 2.200-2  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001.



000620



PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 06/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 01/2026

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Merenda Escolar)

RECORRENTE: São Luiz Distribuidora de Alimentos (Cáceres/MT)

RECORRIDA: Lusitano Supermercado Ltda (Porto Esperidião/MT)

I – RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada pela Comissão de Licitação do Município de Porto Esperidião/MT para emissão de parecer jurídico acerca do Recurso Administrativo interposto pela empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar da rede municipal de ensino.

A empresa recorrente insurgiu-se contra o procedimento adotado pela Administração no momento da aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.538/2015 e pelo Decreto Municipal nº 18/2023, especificamente quanto à aplicação do art. 9º, II, "b" do Decreto Federal nº 8.538/2015.

Conforme consta dos autos, a empresa recorrente sagrou-se inicialmente vencedora de diversos itens do certame, entre eles: 8, 9, 10, 12, 13, 19, 23, 28, 30, 31, 33, 34, 44, 54, 59, 62, 63, 70, 72, 78, 84, 89, 99, 107, 111, 114 e 126.

Entretanto, após a fase de lances, foi aberto prazo no sistema para que empresa sediada no Município de Porto Esperidião/MT (LUSITANO SUPERMERCADO LTDA) manifestasse interesse em cobrir a oferta apresentada pela recorrente, sob fundamento de aplicação do benefício de preferência local/regional previsto na legislação aplicável.

A recorrente sustenta, em síntese:

1. que está sediada no município de Cáceres/MT, integrante da região do Vale do Jauru, prevista no Decreto Municipal nº 18/2023;
2. que, por tal razão, possui a mesma condição regional das empresas sediadas em Porto Esperidião;
3. que o art. 9º, II, "b" do Decreto Federal nº 8.538/2015 não estabelece hierarquia entre empresa local e regional;



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

4. que o edital não estabeleceu distinção ou hierarquia entre fornecedores locais e regionais.

A empresa Lusitano Supermercado Ltda. apresentou contrarrazões, defendendo a legalidade do procedimento adotado pela Administração e sustentando que o tratamento diferenciado busca privilegiar primeiramente o desenvolvimento local, sendo o âmbito regional apenas subsidiário.

É o relatório.

### II – FUNDAMENTAÇÃO

#### 1. Do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

A Lei Complementar nº 123/2006, em seus arts. 47 e 48, estabelece que a Administração Pública poderá adotar tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social.

Dispõe o art. 47 da referida lei:

“Nas contratações públicas da administração direta e indireta, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.”

Observa-se que o próprio texto legal estabelece como finalidade do tratamento diferenciado o desenvolvimento econômico e social do âmbito municipal e regional, conferindo aos entes federativos certa margem de regulamentação para concretizar tal objetivo.

#### 2. Da regulamentação pelo Decreto Federal nº 8.538/2015

O Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento diferenciado nas contratações públicas, dispõe em seu art. 9º, II, “b” sobre a possibilidade de preferência para empresas sediadas local ou regionalmente.

Entretanto, a norma federal não estabelece critérios rígidos de definição ou aplicação dessa preferência, permitindo que os entes federativos regulamentem a matéria conforme as peculiaridades locais, desde que respeitados os princípios da administração pública e da competitividade.

Nesse contexto, cabe ao ente municipal disciplinar como será operacionalizada essa preferência, observando a finalidade da norma.

#### 3. Da regulamentação municipal – Decreto nº 18/2023

No âmbito do Município de Porto Esperidião, o tratamento diferenciado foi

000622



## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

regulamentado pelo Decreto Municipal nº 18/2023, cujo objetivo é fomentar o comércio local e regional, conforme expressamente indicado em seus considerandos.

O Decreto Municipal nº 18/2023, datado de 18 de maio de 2023, não coloca empresas locais e regionais em pé de igualdade absoluta para fins de desempate. O referido decreto é precedido pelo seguinte fundamento. "Considerando a necessidade de fomentar o comércio local e regional".

A interpretação sistemática do decreto evidencia que:

- a) o termo "local" refere-se às empresas sediadas no próprio Município de Porto Esperidião;
- b) o termo "regional" refere-se às empresas sediadas nos municípios integrantes da região do Vale do Jauru.

A ordem das palavras na norma ("local" precedendo "regional") não é meramente gramatical, mas expressa a finalidade da norma: garantir que o desenvolvimento econômico ocorra a partir do núcleo da arrecadação municipal.

Todavia, a interpretação da norma deve observar sua finalidade administrativa, qual seja, estimular prioritariamente o desenvolvimento econômico do município que realiza a contratação, sem excluir a participação de fornecedores da região.

A finalidade da norma é o fomento da economia que sustenta o ente licitante. Embora o município de Cáceres integre a região (Vale do Jauru), a empresa sediada em Porto Esperidião possui prioridade de primeiro grau por ser o "núcleo" da arrecadação e do impacto social direto da despesa pública.

O TCE-MT (Resolução de Consulta 17/2023-PV) já pacificou que a limitação geográfica e a preferência local são instrumentos legítimos para reduzir desigualdades. Admitir igualdade absoluta entre a empresa do município sede e a empresa regional anularia a eficácia do Decreto Municipal nº 18/2023, que visa, antes de tudo, o comércio local

Assim, a interpretação teleológica conduz à conclusão de que:

1. primeiro se privilegia o fornecedor local, que contribui diretamente para a arrecadação e geração de empregos no município contratante;
2. na ausência ou insuficiência de fornecedores locais, amplia-se o benefício às empresas da região.

Trata-se de interpretação que busca preservar a finalidade da política pública prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

#### 4. Do princípio do desenvolvimento local e da autonomia municipal.



## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A Constituição Federal assegura aos Municípios autonomia administrativa e financeira, permitindo que adotem políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

Nesse sentido, a preferência ao fornecedor sediado no próprio município encontra respaldo em princípios do desenvolvimento econômico local, da eficiência administrativa e do interesse público.

Além disso, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) já admitiu, em determinadas circunstâncias, a adoção de critérios territoriais voltados ao fortalecimento da economia local, conforme entendimento manifestado na Resolução de Consulta nº 17/2023-PV.

A Sede como Critério de Localidade: No Direito Administrativo e Tributário, o termo "Local" vincula-se estritamente à sede ou domicílio tributário da empresa no território do ente federativo que realiza a despesa. O fato de Cáceres integrar o mesmo Consórcio que Porto Esperidião a qualifica como "Regional", mas jamais como "Local".

O Consórcio Intermunicipal é um instrumento de cooperação regional. Ele expande a base de fornecedores beneficiados (evitando que empresas de grandes centros distantes dominem o certame), mas não apaga as fronteiras municipais para fins de fomento econômico direto. O benefício regional é um "segundo anel" de proteção; o "primeiro anel" é, e deve ser, o municipal (local).

Vale ressaltar que o Art. 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006 utiliza a conjunção "ou" (local ou regional). A aplicação dessa norma pelo Município de Porto Esperidião, através do seu Decreto nº 18/2023, estabeleceu uma preferência escalonada. Admitir que uma empresa de Cáceres tenha o mesmo peso de uma empresa de Porto Esperidião sob o manto do "Consórcio" esvaziaria o poder do município de privilegiar sua própria arrecadação de ISSQN e a geração de empregos em seu território.

### 5. Da previsão no Termo de Referência

Importante destacar que o Termo de Referência do certame, em seu item 1.1, expressamente justificou a adoção da preferência regional com base em três fundamentos:

1. Fomento ao comércio local e regional, estimulando o crescimento econômico e geração de empregos na região do Vale do Jauru;
2. Promoção do desenvolvimento econômico e social de Porto Esperidião e municípios vizinhos;
3. Aquisição de produtos alimentícios mais frescos e adequados para a merenda escolar, em razão da proximidade geográfica.

Portanto, verifica-se que a Administração motivou adequadamente a adoção do



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

critério, observando o interesse público e a finalidade da contratação.

### 6. Da análise do argumento da recorrente

A recorrente sustenta que, por estar sediada no município de Cáceres/MT, integrante da região do Vale do Jauru, deveria receber tratamento idêntico às empresas sediadas em Porto Esperidião.

Contudo, tal interpretação desconsidera a finalidade da política pública estabelecida na legislação, que visa promover o desenvolvimento econômico primeiramente no âmbito do próprio município contratante.

Admitir equivalência absoluta entre fornecedor local e regional resultaria, na prática, em esvaziamento da política de fortalecimento do comércio local, contrariando o próprio fundamento da norma.

Dessa forma, a interpretação adotada pela Administração — priorizando o fornecedor local antes do regional — mostra-se compatível com a finalidade da legislação e com o interesse público.

### III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

1. pela legalidade do procedimento adotado pela Comissão de Licitação, ao permitir que empresa sediada no Município de Porto Esperidião exercesse o direito de cobrir a oferta apresentada pela recorrente, em observância ao tratamento diferenciado previsto na legislação aplicável;
2. pelo entendimento de que a preferência local possui precedência lógica sobre a regional, em consonância com a finalidade da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do Decreto Municipal nº 18/2023;
3. pelo conhecimento do recurso administrativo, por ser tempestivo, e, no mérito, pelo seu indeferimento, mantendo-se a decisão administrativa anteriormente adotada.

Salvo melhor juízo.

Porto Esperidião/MT, 12 de março de 2026.

  
José de Barros Neto

OAB/MT 8841-B

Matrícula n.º 11545-3



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 06/2026

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 01/2026

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios (Merenda Escolar)

RECORRENTE: JEL Agroindústria e Comércio de Pescados LTDA – CNPJ nº 43.614.059/0001-82

### I – RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Recurso Administrativo interposto pela empresa JEL Agroindústria e Comércio de Pescados LTDA, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 06/2026, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar da rede municipal de ensino.

Após a realização da fase competitiva do certame, procedeu-se à verificação da documentação de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, ocasião em que a empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos foi declarada classificada e habilitada para o Item 100, referente ao fornecimento de filé de peixe tipo tilápia congelada, conforme especificações previstas no edital.

Inconformada com a decisão administrativa que classificou e habilitou a empresa JEL Agroindústria e Comércio de Pescados LTDA interpôs recurso administrativo, sustentando, em síntese:

- suposta irregularidade na qualificação econômico-financeira, em razão da ausência de apresentação do balanço patrimonial por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD/SPED);

- alegada ausência de alvará sanitário específico para comercialização de pescado;

- suposta insuficiência do atestado de capacidade técnica, considerado genérico e não comprobatório de fornecimento específico de pescado.

Regularmente notificada, a empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos apresentou contrarrazões ao recurso, defendendo a legalidade da decisão administrativa e afirmando que todos os documentos apresentados atendem às exigências do edital.

Os autos foram encaminhados ao setor jurídico da prefeitura para emissão de parecer quanto à legalidade da decisão administrativa e ao mérito do recurso interposto.

É o relatório.



# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### 1. Dos princípios aplicáveis às licitações públicas

O procedimento licitatório é regido pelos princípios constitucionais da Administração Pública previstos no art. 37 da Constituição Federal e reafirmados na Lei nº 14.133/2021, destacando-se: legalidade, publicidade, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório deve assegurar igualdade de condições a todos os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório impõe que a Administração Pública e os licitantes observem estritamente as regras previstas no edital, não sendo admissível exigir requisitos não previstos no instrumento convocatório.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento nos seguintes termos:

“A Administração encontra-se estritamente vinculada às regras estabelecidas no edital da licitação, não podendo exigir dos licitantes requisitos não previstos no instrumento convocatório.” (Acórdão 1924/2019 – Plenário – TCU)

### 2. Da qualificação econômico-financeira e da alegação de ausência de SPED/ECD

A recorrente sustenta que a empresa vencedora deveria ter apresentado o balanço patrimonial por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD/SPED).

Entretanto, da análise do edital verifica-se que não houve exigência expressa de apresentação do balanço patrimonial exclusivamente por meio da ECD/SPED, bastando a apresentação de balanço patrimonial devidamente registrado.

Nesse contexto, a desclassificação da empresa vencedora com fundamento em exigência não prevista no edital configuraria violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado no sentido de que:

“A Administração não pode inabilitar licitante por ausência de documento cuja forma específica de apresentação não tenha sido expressamente exigida no edital.”  
(Acórdão 891/2018 – Plenário – TCU)

Dessa forma, tendo sido apresentado balanço patrimonial regularmente registrado na Junta Comercial, não se verifica irregularidade capaz de ensejar a inabilitação da empresa



vencedora.

**3. Da capacidade técnica e do atestado apresentado**

A recorrente sustenta que o atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa vencedora seria genérico, não demonstrando fornecimento específico de pescado.

Contudo, a legislação de licitações estabelece que o atestado deve comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, não sendo necessária identidade absoluta entre os objetos.

O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido que a Administração não pode exigir atestados excessivamente específicos quando não houver justificativa técnica para tanto.

Nesse sentido:

“Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, é suficiente a demonstração de execução de serviços ou fornecimentos similares ao objeto da licitação, não sendo exigível identidade absoluta.”

(Acórdão 2622/2013 – Plenário – TCU)

No mesmo sentido:

“A exigência de atestados excessivamente específicos pode restringir indevidamente a competitividade do certame.”

(Acórdão 1924/2019 – Plenário – TCU)

No caso concreto, considerando que o objeto licitado consiste no fornecimento de gêneros alimentícios, a apresentação de atestado que comprove fornecimento de alimentos ou produtos alimentícios compatíveis atende ao requisito de pertinência e compatibilidade exigido pela legislação.

**4. Da alegação de ausência de alvará sanitário específico**

A recorrente também sustenta que a empresa vencedora não possuiria alvará sanitário específico para comercialização de pescado.

Todavia, a análise da exigência editalícia demonstra que foi requerida licença sanitária ou alvará sanitário válido, sem exigir que a autorização fosse exclusivamente para comercialização de pescado.

A interpretação restritiva pretendida pela recorrente resultaria na criação de exigência não prevista no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Além disso, a jurisprudência administrativa tem entendido que a Administração deve evitar exigências que reduzam indevidamente a competitividade do certame.

Nesse sentido:

"As exigências de habilitação devem ser estritamente necessárias para garantir a execução do contrato, vedadas restrições indevidas à competitividade."  
(Acórdão 1214/2013 – Plenário – TCU)

### 5. Das especificações técnicas do produto

Quanto à alegação de descumprimento das especificações técnicas do produto ofertado, não foram apresentados elementos objetivos que demonstrem que a proposta da empresa vencedora não atende às exigências previstas no edital.

Em matéria administrativa vigora a presunção de legitimidade dos atos administrativos, de modo que eventual desclassificação de licitante deve estar fundamentada em prova objetiva de descumprimento das exigências editalícias.

Inexistindo comprovação técnica de irregularidade, deve prevalecer a decisão administrativa que declarou a proposta classificada.

### III – CONCLUSÃO

Diante da análise dos autos, conclui-se que:

A empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos atendeu às exigências de habilitação previstas no edital;

Não havia exigência editalícia de apresentação do balanço patrimonial exclusivamente por meio do SPED/ECD;

O atestado de capacidade técnica apresentado atende ao requisito de pertinência e compatibilidade com o objeto licitado, conforme entendimento consolidado do TCU;

Não há prova objetiva de descumprimento das especificações técnicas do produto ofertado;

Não se verifica violação aos princípios da isonomia, competitividade ou vinculação ao instrumento convocatório.

Dessa forma, não há fundamento jurídico para a reforma da decisão administrativa que declarou habilitada a empresa vencedora.

Diante do exposto, opina-se pelo conhecimento do recurso administrativo, por ser tempestivo, e no mérito pelo seu INDEFERIMENTO, mantendo-se a decisão que declarou



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

habilitada e vencedora a empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos para o Item 100 do Pregão Eletrônico nº 01/2026.

Encaminhem-se os autos à autoridade competente para decisão final, nos termos da legislação vigente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Esperidião – MT, 13 de março de 2026.

*José de Barros Neto*  
José de Barros Neto

OAB/MT 8841-B

Matrícula nº 11.545-3



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Processo Administrativo nº 06/2026

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.

**Recorrente:** SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.688.030/0001-96.

**Recorrida:** LUSITANO SUPERMERCADO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.634.363/0001-04.

### I – INTRODUÇÃO E RELATÓRIO

O pregoeiro, com o apoio de sua equipe, procede ao julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA (doravante "Recorrente").

A recorrente, interpôs recurso administrativo visando a reversão da decisão que a declarou habilitada a empresa LUSITANO SUPERMERCADO LTDA e sustenta, em síntese:

A empresa recorrente insurgiu-se contra o procedimento adotado pela Administração no momento da aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto Federal nº 8.538/2015 e pelo Decreto Municipal nº 18/2023, especificamente quanto à aplicação do art. 9º, II, "b" do Decreto Federal nº 8.538/2015.

Conforme consta dos autos, a empresa recorrente sagrou-se inicialmente vencedora de diversos itens do certame, entre eles: 8, 9, 10, 12, 13, 19, 23, 28, 30, 31, 33, 34, 44, 54, 59, 62, 63, 70, 72, 78, 84, 89, 99, 107, 111, 114 e 126.

Entretanto, após a fase de lances, foi aberto prazo no sistema para que empresa sediada no Município de Porto Esperidião/MT (LUSITANO SUPERMERCADO LTDA) manifestasse interesse em cobrir a oferta apresentada pela recorrente, sob fundamento de aplicação do benefício de preferência local/regional previsto na legislação aplicável.

A recorrente sustenta, em síntese:

1. que está sediada no município de Cáceres/MT, integrante da região do Vale

00631



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

do Jauru, prevista no Decreto Municipal nº 18/2023;

2. que, por tal razão, possui a mesma condição regional das empresas sediadas em Porto Esperidião;
3. que o art. 9º, II, "b" do Decreto Federal nº 8.538/2015 não estabelece hierarquia entre empresa local e regional;
4. que o edital não estabeleceu distinção ou hierarquia entre fornecedores locais e regionais.

A empresa Lusitano Supermercado Ltda, apresentou contrarrazões, defendendo a legalidade do procedimento adotado pela Administração e sustentando que o tratamento diferenciado busca privilegiar primeiramente o desenvolvimento local, sendo o âmbito regional apenas subsidiário.

É o breve relatório.

## II - DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE

A recorrente apresentou o recurso dentro do prazo legal previsto no **art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021**, e em conformidade com as disposições editalícias.

Por sua vez a recorrida apresentou as contrarrazões dentro do prazo legal previsto no **art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021**, e em conformidade com as disposições editalícias.

As razões e contrarrazões foram apresentadas dentro do prazo legal e com acesso integral aos autos, caracterizando-se como tempestivas e formalmente regulares.

## III - DA ANÁLISE RECURSAL

1. Do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

A Lei Complementar nº 123/2006, em seus arts. 47 e 48, estabelece que a Administração Pública poderá adotar tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social.

000632



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Dispõe o art. 47 da referida lei:

“Nas contratações públicas da administração direta e indireta, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, visando à promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional.”

Observa-se que o próprio texto legal estabelece como finalidade do tratamento diferenciado o desenvolvimento econômico e social do âmbito municipal e regional, conferindo aos entes federativos certa margem de regulamentação para concretizar tal objetivo.

## 2. Da regulamentação pelo Decreto Federal nº 8.538/2015

O Decreto Federal nº 8.538/2015, que regulamenta o tratamento diferenciado nas contratações públicas, dispõe em seu art. 9º, II, “b” sobre a possibilidade de preferência para empresas sediadas local ou regionalmente.

Entretanto, a norma federal não estabelece critérios rígidos de definição ou aplicação dessa preferência, permitindo que os entes federativos regulamentem a matéria conforme as peculiaridades locais, desde que respeitados os princípios da administração pública e da competitividade.

Nesse contexto, cabe ao ente municipal disciplinar como será operacionalizada essa preferência, observando a finalidade da norma.

## 3. Da regulamentação municipal – Decreto nº 18/2023

No âmbito do Município de Porto Esperidião, o tratamento diferenciado foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 18/2023, cujo objetivo é fomentar o comércio local e regional, conforme expressamente indicado em seus considerandos.

O Decreto Municipal nº 18/2023, datado de 18 de maio de 2023, não coloca empresas locais e regionais em pé de igualdade absoluta para fins de desempate. O referido decreto é precedido pelo seguinte fundamento. “Considerando a necessidade de fomentar o comércio local e regional”.

A interpretação sistemática do decreto evidencia que:

- a) o termo “local” refere-se às empresas sediadas no próprio Município de Porto

000633



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Esperidião;

- b) o termo "regional" refere-se às empresas sediadas nos municípios integrantes da região do Vale do Jauru.

A ordem das palavras na norma ("local" precedendo "regional") não é meramente gramatical, mas expressa a finalidade da norma: garantir que o desenvolvimento econômico ocorra a partir do núcleo da arrecadação municipal.

Todavia, a interpretação da norma deve observar sua finalidade administrativa, qual seja, estimular prioritariamente o desenvolvimento econômico do município que realiza a contratação, sem excluir a participação de fornecedores da região.

A finalidade da norma é o fomento da economia que sustenta o ente licitante. Embora o município de Cáceres integre a região (Vale do Jauru), a empresa sediada em Porto Esperidião possui prioridade de primeiro grau por ser o "núcleo" da arrecadação e do impacto social direto da despesa pública.

O TCE-MT (Resolução de Consulta 17/2023-PV) já pacificou que a limitação geográfica e a preferência local são instrumentos legítimos para reduzir desigualdades. Admitir igualdade absoluta entre a empresa do município sede e a empresa regional anularia a eficácia do Decreto Municipal nº 18/2023, que visa, antes de tudo, o comércio local.

Assim, a interpretação teleológica conduz à conclusão de que:

1. primeiro se privilegia o fornecedor local, que contribui diretamente para a arrecadação e geração de empregos no município contratante;
2. na ausência ou insuficiência de fornecedores locais, amplia-se o benefício às empresas da região.

Trata-se de interpretação que busca preservar a finalidade da política pública prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

#### 4. Do princípio do desenvolvimento local e da autonomia municipal.

A Constituição Federal assegura aos Municípios autonomia administrativa e financeira, permitindo que adotem políticas públicas voltadas ao desenvolvimento local.

000634



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Nesse sentido, a preferência ao fornecedor sediado no próprio município encontra respaldo em princípios do desenvolvimento econômico local, da eficiência administrativa e do interesse público.

Além disso, o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) já admitiu, em determinadas circunstâncias, a adoção de critérios territoriais voltados ao fortalecimento da economia local, conforme entendimento manifestado na Resolução de Consulta nº 17/2023-PV.

A Sede como Critério de Localidade: No Direito Administrativo e Tributário, o termo "Local" vincula-se estritamente à sede ou domicílio tributário da empresa no território do ente federativo que realiza a despesa. O fato de Cáceres integrar o mesmo Consórcio que Porto Esperidião a qualifica como "Regional", mas jamais como "Local".

O Consórcio Intermunicipal é um instrumento de cooperação regional. Ele expande a base de fornecedores beneficiados (evitando que empresas de grandes centros distantes dominem o certame), mas não apaga as fronteiras municipais para fins de fomento econômico direto. O benefício regional é um "segundo anel" de proteção; o "primeiro anel" é, e deve ser, o municipal (local).

Vale ressaltar que o Art. 48, §3º da Lei Complementar nº 123/2006 utiliza a conjunção "ou" (local ou regional). A aplicação dessa norma pelo Município de Porto Esperidião, através do seu Decreto nº 18/2023, estabeleceu uma preferência escalonada. Admitir que uma empresa de Cáceres tenha o mesmo peso de uma empresa de Porto Esperidião sob o manto do "Consórcio" esvaziaria o poder do município de privilegiar sua própria arrecadação de ISSQN e a geração de empregos em seu território.

## 5. Da previsão no Termo de Referência

Importante destacar que o Termo de Referência do certame, em seu item 1.1, expressamente justificou a adoção da preferência regional com base em três fundamentos:

1. Fomento ao comércio local e regional, estimulando o crescimento econômico e geração de empregos na região do Vale do Jauru;
2. Promoção do desenvolvimento econômico e social de Porto Esperidião e municípios vizinhos;

006835



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

3. Aquisição de produtos alimentícios mais frescos e adequados para a merenda escolar, em razão da proximidade geográfica.

Portanto, verifica-se que a Administração motivou adequadamente a adoção do critério, observando o interesse público e a finalidade da contratação.

## 6. Da análise do argumento da recorrente

A recorrente sustenta que, por estar sediada no município de Cáceres/MT, integrante da região do Vale do Jauru, deveria receber tratamento idêntico às empresas sediadas em Porto Esperidião.

Contudo, tal interpretação desconsidera a finalidade da política pública estabelecida na legislação, que visa promover o desenvolvimento econômico primeiramente no âmbito do próprio município contratante.

Admitir equivalência absoluta entre fornecedor local e regional resultaria, na prática, em esvaziamento da política de fortalecimento do comércio local, contrariando o próprio fundamento da norma.


Dessa forma, a interpretação adotada pela Administração — priorizando o fornecedor local antes do regional — mostra-se compatível com a finalidade da legislação e com o interesse público.

## IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, **conheço do recurso apresentado**, por ser tempestivo, **e no mérito, nego-lhe provimento**, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida no processo licitatório.

Publique-se. Intime-se.

Porto Esperidião/MT, 17 de março de 2026.

  
WOLF FERREIRA DE CAMPOS SANTOS  
PREGOEIRO

000636



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

Pregão Eletrônico nº 01/2026

Processo Administrativo nº 06/2026

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar.

**Recorrente:** JEL AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.614.059/0001-82.

**Recorrida:** SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.688.030/0001-96.

### I – INTRODUÇÃO E RELATÓRIO

O Pregoeiro, com o apoio de sua equipe, procede ao julgamento do recurso administrativo interposto pela empresa JEL AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA (doravante "Recorrente").

A recorrente, interpôs recurso administrativo visando a reversão da decisão que a declarou habilitada a empresa SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA e sustenta, em síntese:

Trata-se de análise de Recurso Administrativo interposto pela empresa JEL Agroindústria e Comércio de Pescados LTDA, em face da decisão do Pregoeiro que declarou habilitada e vencedora, no Item 100 do Pregão Eletrônico nº 01/2026, a empresa São Luiz Distribuidora de Alimentos, no âmbito do Processo Administrativo nº 06/2026.

A recorrente sustenta, em síntese:

1. Irregularidade na qualificação econômico-financeira, por ausência de apresentação do balanço via ECD/SPED;
2. Ausência de alvará sanitário específico para comercialização de pescado;
3. Insuficiência do atestado de capacidade técnica.

006637



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A recorrida apresentou contrarrazões defendendo a regularidade de sua habilitação.

É o breve relatório.

## II - DA ADMISSIBILIDADE E TEMPESTIVIDADE

A recorrente apresentou o recurso dentro do prazo legal previsto no **art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021**, e em conformidade com as disposições editalícias.

Por sua vez a recorrida apresentou as contrarrazões dentro do prazo legal previsto no **art. 165, §4º da Lei nº 14.133/2021**, e em conformidade com as disposições editalícias.

As razões e contrarrazões foram apresentadas dentro do prazo legal e com acesso integral aos autos, caracterizando-se como tempestivas e formalmente regulares.

## III - DA ANÁLISE RECURSAL

### 1. Dos princípios aplicáveis às licitações públicas:

O procedimento licitatório é regido pelos princípios constitucionais da Administração Pública, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como pelos princípios específicos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, dentre os quais se destacam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

Nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a licitação deve assegurar igualdade de condições a todos os licitantes, bem como a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dentre tais princípios, merece especial destaque o da vinculação ao instrumento convocatório, segundo o qual tanto a Administração quanto os licitantes devem observar rigorosamente as regras previamente estabelecidas no edital, sendo vedada a exigência de requisitos não previstos.

006633



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União consolidou entendimento nos seguintes termos:

“A Administração encontra-se estritamente vinculada às regras estabelecidas no edital da licitação, não podendo exigir dos licitantes requisitos não previstos no instrumento convocatório” (Acórdão 1924/2019 – Plenário – TCU).

### **2. Da qualificação econômico-financeira e da alegação de ausência de SPED/ECD.**

A recorrente sustenta que a empresa vencedora deveria ter apresentado o balanço patrimonial por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD/SPED).

Todavia, da análise do instrumento convocatório, não houve exigência expressa quanto à forma de apresentação do balanço patrimonial via ECD/SPED, sendo suficiente a apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis;

Nesse contexto, eventual inabilitação da empresa vencedora com fundamento na ausência de apresentação via ECD/SPED configuraria violação direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, por impor requisito não previsto no edital.

O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento no sentido de que:

“A Administração não pode inabilitar licitante por ausência de documento cuja forma específica de apresentação não tenha sido expressamente exigida no edital.” (Acórdão 891/2018 – Plenário – TCU).

Assim, tendo sido apresentado balanço patrimonial conforme instrumento convocatório, não se verifica qualquer irregularidade apta a ensejar a inabilitação da licitante vencedora.

00633



Estado de Mato Grosso

## Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

### 3. Da capacidade técnica e do atestado apresentado

A recorrente alega que o atestado de capacidade técnica apresentado seria genérico, por não demonstrar fornecimento específico de pescado.

Entretanto, a legislação aplicável estabelece que a qualificação técnica deve ser demonstrada por meio de documentos que comprovem a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, não sendo exigida identidade absoluta entre os objetos.

O Tribunal de Contas da União tem reiteradamente decidido que a Administração não pode exigir atestados excessivamente específicos quando não houver justificativa técnica para tanto.

Nesse sentido:

“Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, é suficiente a demonstração de execução de serviços ou fornecimentos similares ao objeto da licitação, não sendo exigível identidade absoluta.”  
(Acórdão 2622/2013 – Plenário – TCU).

Além disso:

“A exigência de atestados excessivamente específicos pode restringir indevidamente a competitividade do certame.”  
(Acórdão 1924/2019 – Plenário – TCU).

No caso concreto, considerando que o objeto licitado consiste no fornecimento de gêneros alimentícios, a apresentação de atestado que comprove fornecimento de alimentos ou produtos alimentícios revela-se suficiente para atender ao requisito de compatibilidade exigido.

Desse modo, não procede a alegação de insuficiência do atestado apresentado.

### 4. Da alegação de ausência de alvará sanitário específico

A recorrente sustenta, ainda, que a empresa vencedora não possuiria alvará sanitário específico para comercialização de pescado.

000640



**Estado de Mato Grosso**

## **Prefeitura Municipal de Porto Esperidião**

Todavia, da análise do edital, verifica-se que foi exigida a apresentação de licença ou alvará sanitário válido, sem qualquer especificação quanto à necessidade de autorização específica para comercialização de pescado.

A interpretação defendida pela recorrente implicaria a criação de exigência não prevista no edital, em afronta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União orienta que as exigências de habilitação devem ser limitadas ao estritamente necessário, sob pena de restrição indevida à competitividade, conforme se observa:

“As exigências de habilitação devem ser estritamente necessárias para garantir a execução do contrato, vedadas restrições indevidas à competitividade.” (Acórdão 1214/2013 – Plenário – TCU)

Assim, tendo sido apresentado alvará sanitário válido, resta atendida a exigência editalícia, não havendo fundamento para inabilitação.

### **5. Das especificações técnicas do produto**

No tocante à alegação de descumprimento das especificações técnicas do produto ofertado, verifica-se que não foram apresentados elementos técnicos objetivos capazes de demonstrar eventual desconformidade com as exigências editalícias.

Ressalte-se que em matéria administrativa vigora, vigora a presunção de legitimidade dos atos administrativos, de modo que eventual desclassificação de proposta deve estar amparada em prova inequívoca de descumprimento das condições estabelecidas no edital.

Ausente tal comprovação, deve prevalecer a decisão administrativa que declarou a proposta classificada.

00641



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## IV - DA DECISÃO

Diante do exposto, **conheço do recurso apresentado**, por ser tempestivo, **e no mérito, nego-lhe provimento**, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida no processo licitatório.

Publique-se. Intime-se.

Porto Esperidião/MT, 17 de março de 2026.

  
WOLF FERREIRA DE CAMPOS SANTOS

PREGOEIRO

00642



Estado de Mato Grosso

# Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

## DESPACHO DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

A autoridade competente, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação vigente aplicável, após análise dos autos do processo em epígrafe;

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pelo Pregoeiro designado, constante na Ata de Julgamento de Recurso referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2026;

**CONSIDERANDO** o conhecimento dos recursos interpostos pelas empresas **SÃO LUIZ DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA** e **JEL AGROINDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PESCADOS LTDA**, por serem tempestivos; e, no mérito, o não provimento de ambos, mantendo-se integralmente a decisão anteriormente proferida pelo Pregoeiro;

### RESOLVE:

RATIFICAR, em todos os seus termos, as decisões proferidas no âmbito do presente procedimento licitatório, por estarem em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública e a legislação aplicável.

DETERMINAR o prosseguimento regular do certame, com a adoção das medidas subsequentes cabíveis.

Publique-se. Cumpra-se.

Porto Esperidião/MT, 17 de março de 2026.

  
Odirlei Queiroz Faria  
Prefeito Municipal

000643